

PUBLICIDADE LEGAL

Oi prepara a venda da Oi Soluções por R\$ 1,4 bilhão

Depois de vender suas principais linhas de negócios para pagar dívidas no processo de recuperação judicial, a Oi se prepara agora para a alienação do próximo ativo da fila, a Oi Soluções - braço que fornece tecnologia da informação e conectividade (TIC) para empresas.

O processo deve atrair as grandes operadoras de telecomunicações que também têm braços de TI, como Vivo, Claro e TIM, além de provedores regionais com atuação no setor.

Algumas dessas empresas já declararam publicamente que iriam avaliar uma potencial aquisição quando a Oi Soluções fosse levada a mercado. Nos bastidores, as consultas informais já começaram.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO DO MEIO
AVISO DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA Nº 008/2026: Contratação de empresa para execução de reforma de cobertura e revitalização de paredes internas e externas do Posto de Saúde ESF Centro. ABERTURA: 02.06.2026. HORÁRIO: 08 horas.

O edital está disponível no site: www.arroidomeiours.com.br, no menu link Licitações. Maiores informações podem ser obtidas junto ao Setor de Licitações da Prefeitura de Arroio do Meio (RS), pelo e-mail: licitacao@arroidomeiours.com.br.

Arroio do Meio, 23 de abril de 2026. Sidnei Eckert - Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO DO MEIO
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2026: Contratação de empresa para fornecimento de TAGs para veículos públicos para passagem em pedágios. ABERTURA: 07.05.2026. HORÁRIO: 08 horas.

O edital está disponível no site: www.arroidomeiours.com.br, no menu link Licitações. Maiores informações podem ser obtidas junto ao Setor de Licitações da Prefeitura de Arroio do Meio (RS), pelo e-mail: licitacao@arroidomeiours.com.br.

Arroio do Meio, 23 de abril de 2026. Sidnei Eckert - Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO NORTE
AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO

O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO NORTE, através de seu Prefeito Municipal, torna público que realizará Chamamento Público, nos termos da Lei nº14.133/2021, de acordo com as informações abaixo: Chamamento Público nº003/2026, para seleção de interessados na outorga de AUTORIZAÇÃO EM CARÁTER EXPERIMENTAL para a exploração de NOVA LINHA DE TRANSPORTE COLETIVO RURAL - LINHA VÁRZEA - SÃO JOSÉ DO NORTE (RETIFICADO), no dia 15/05/2026, às 09:15hs. As propostas deverão ser apresentadas até o dia do julgamento. O respectivo edital encontra-se à disposição na sede do DMLC, no link LICITACON do site www.saojosedonorte.rs.gov.br, ou via e-mail, gratuitamente. Neromar de Araújo Guimarães, Prefeito Municipal.

SINDILOJAS RS
SÃO LEOPOLDO
SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DE SÃO LEOPOLDO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

Pelo presente edital convoco, na forma das atribuições legais e estatutárias, os Senhores associados deste Sindicato para participarem da Assembleia Geral Ordinária no dia 07 de maio de 2026, às 10h00min em primeira chamada e não havendo quórum às 11h00min em segunda chamada, na sede do Sindicato do Comércio Varejista de São Leopoldo, à Rua José Bonifácio, 1009, nesta cidade, para apreciação da seguinte:

ORDEM DO DIA:

- 1) Exame, votação e aprovação ou não, do balanço do exercício financeiro de 2025. São Leopoldo, 24 de abril de 2026. Walter Seewald - Presidente.

SINDILOJAS RS
SÃO LEOPOLDO
SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DE SÃO LEOPOLDO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Pelo presente edital convoco na forma das atribuições legais e estatutárias os senhores associados deste Sindicato, e os não associados, vinculados à categoria econômica comércio varejista, com exceção das categorias econômicas: "comércio varejista de gêneros alimentícios"; "concessionários e distribuidores de veículos"; "comércio de vendedores ambulantes"; "comércio varejista dos feirantes"; "estabelecimentos de serviços funerários"; "comércio varejista de produtos farmacêuticos"; "empresas de garagens, estacionamento e de limpeza e conservação de veículos"; "comércio varejista de derivados de petróleo"; "empresas distribuidoras de gás liquefeito de petróleo"; e "transportador - revendedor - retalhista de óleo diesel, óleo combustível e querosene", no município de São Leopoldo; e "comércio varejista de gêneros alimentícios"; "concessionários e distribuidores de veículos"; "comércio varejista de veículos"; "comércio varejista de peças e acessórios para veículos"; "comércio de vendedores ambulantes"; "comércio varejista dos feirantes"; "comércio varejista de material óptico, fotográfico e cinematográfico"; estabelecimentos de serviços funerários"; "comércio varejista de produtos farmacêuticos"; "empresas de garagens, estacionamento e de limpeza e conservação de veículos"; "comércio varejista de derivados de petróleo"; "empresas distribuidoras de gás liquefeito de petróleo"; e "transportador - revendedor - retalhista de óleo diesel, óleo combustível e querosene", nos municípios de **Dois Irmãos, Estância Velha, Ivoti, Lindolfo Collor, Morro Reuter, Presidente Lucena, Portão e Santa Maria do Herval** para participarem da Assembleia Geral Extraordinária no dia 07 de maio de 2026, às 08h00min em primeira chamada e não havendo "quórum" às 09h00min em segunda chamada, na sede do Sindicato do Comércio Varejista de São Leopoldo-Sindilojas São Leopoldo, à Rua José Bonifácio, 1009, nesta cidade, para apreciação da seguinte: ORDEM DO DIA: 1) Exame da possibilidade de autorizar a Diretoria da entidade, através de seu Presidente a firmar e/ou ratificar convenções coletivas de trabalho ou acordos judiciais durante toda a vigência de seu mandato, podendo incluir cláusula de desconto assistencial, negocial ou outra denominação que lhe for atribuída em favor da entidade e delegar poderes. 2) Autorização à Diretoria a ingressar com ação de cobrança trabalhista ou cível contra as empresas vinculadas que não efetuarem os pagamentos das contribuições aprovadas por esta Assembleia. São Leopoldo, 24 de abril de 2026. Walter Seewald - Presidente.



Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre

COMUNICADO

A Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre comunica que as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício de 2025 estarão disponíveis para consulta pública no site www.santacasa.org.br Os interessados poderão acessar os documentos na seção de *Relatório Anual*, na subseção *Transparência Financeira*, onde encontrarão as Demonstrações Contábeis, o Relatório do Auditor Independente e o Parecer do Conselho Fiscal.

Porto Alegre, 24 de abril de 2026.



CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DO RIO GRANDE DO SUL

AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO 90002/2026 - MENOR PREÇO

OBJETO: Sistema informatizado integrado de gestão de pessoas, incluindo obrigatoriamente o módulo de controle de jornada de trabalho no modelo Registrador Eletrônico de Ponto via Programa (REP-P), em modelo de prestação de serviço continuado, operando obrigatoriamente em ambiente digital ou em nuvem (SaaS), capaz de atender de forma abrangente às rotinas operacionais, gerenciais e estratégicas do setor de Recursos Humanos do CREFRS. Dia 13/05/2026 às 9h (horário de Brasília) Edital: pncp.gov.br e crefrs.org.br. Critério de julgamento: menor preço por item. Porto Alegre, 22 de abril de 2026. - Fabiane Liell - Equipe de Apoio

REFINARIA DE PETRÓLEO RIOGRANDENSE S.A.

COMPANHIA FECHADA
CNPJ/MF n.º 94.845.674/0001-30 NIRE n.º 43-3-0000283 7

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

O Presidente do Conselho de Administração da Refinaria Petróleo Riograndense S.A., pelo presente, convoca os Srs. Acionistas a comparecerem à Assembleia Geral Ordinária ("Assembleia") da Refinaria de Petróleo Riograndense S/A ("Companhia"), que se realizará no dia 30 de abril de 2026, às 09 horas, na modalidade **exclusivamente digital**, nos termos do art. 124, §2º-A, da Lei nº 6.404/76 e da regulamentação aplicável e, apenas para fins legais, na sede social da Companhia, situada na Rua Engenheiro Heitor Amaro Barcellos, n.º 551, na Cidade do Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul, para deliberar sobre a seguinte **Ordem do dia**:

- 1) Exame, discussão e votação do relatório da administração, das contas dos administradores, das demonstrações financeiras e do balanço patrimonial, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, e deliberação sobre destinação de resultados; e
- 2) Fixação do montante de remuneração global anual para os administradores da Companhia;

Participação na Assembleia:

A Assembleia acontecerá de forma exclusivamente digital, mediante participação e votação à distância, através da plataforma Microsoft Teams, conforme autorizado pela Lei nº 6.404/76, art. 124, §2º-A, e observado o regulamento disposto na IN 81/2020-DREI. Todas as orientações necessárias para acesso, participação, e votação à distância estarão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: http://www.refinariariograndense.com.br/uploads/demonstrativo_arquivo/InstrucaoAGO_2026.pdf. Os Acionistas, para participarem da presente Assembleia, poderão apresentar documento de identificação e extrato emitido em até 02 (dois) dias úteis antecedentes à realização da Assembleia, contendo a respectiva participação acionária, fornecida pelo órgão custodiante.

Nos termos do artigo 126, § 1º, da Lei nº 6.404/76, os Acionistas poderão ser representados na Assembleia por um procurador constituído há menos de 01 (um) ano, que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado, sendo necessária a apresentação do respectivo instrumento de mandato com reconhecimento de firma do outorgante, o qual deverá ser depositado na sede social da Companhia ou enviado através do e-mail elisa.gayer@refinariariograndense.com.br, até às 09 horas do dia 28 de abril de 2026, sob pena do procurador não poder exercer o mandato.

Rio Grande, 20 de abril de 2026.

JORGE MARQUES DE TOLEDO CAMARGO
Presidente do Conselho de Administração

UNICASA INDÚSTRIA DE MÓVEIS S.A.

CNPJ/MF n.º 90.441.460/0001-48 - NIRE 43.300.044.513-RS

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária

Ficam os senhores acionistas da Unicasa Indústria de Móveis S.A. ("Companhia" ou "Unicasa") convocados a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada, em primeira convocação, no dia 29 de abril de 2026, às 10:00 horas, de modo **exclusivamente digital**, inclusive para fins de voto, por meio da plataforma Microsoft Teams ("Sistema Eletrônico" ou "Plataforma Digital") ("AGO" ou "Assembleia"), com a finalidade de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: **Em Assembleia Geral Ordinária:** 1) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da Companhia, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; 2) A destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; 3) Definir o número de membros do Conselho de Administração a serem eleitos, observado o limite estatutário; 4) Eleger os membros do Conselho de Administração para um mandato de dois anos e designar aqueles que ocuparão as funções de Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração; 5) A caracterização dos membros independentes do Conselho de Administração; e 6) Fixar a remuneração global dos Administradores para o exercício social de 2026. **Informações Gerais:** A Companhia informa que a AGO será realizada de modo **exclusivamente digital**, nos termos do artigo 124, §2º-A, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), podendo os acionistas participarem e votarem por meio (i) do sistema eletrônico a ser disponibilizado pela Companhia, conforme as orientações constantes abaixo neste Edital e na Proposta da Administração (abaixo definido); ou (ii) exercer o direito de voto mediante uso do boletim de voto a distância ("Boletim de Voto"), de acordo com a Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 81/22" ou "RCVM 81/22"), sendo que para o Boletim de Voto produzir efeitos este deverá ser recebido (nas formas indicadas abaixo e constantes na Proposta da Administração) pela Companhia até **25 de abril de 2026 (inclusive)**, ou seja 4 (quatro) dias antes da Assembleia. O acionista, que desejar, poderá optar por exercer o seu direito de voto por meio do sistema de votação a distância, nos termos da referida Resolução CVM 81/22, enviando o correspondente Boletim de Voto por meio de seu respectivo agente de custódia, do depositário central, da instituição financeira responsável pela escrituração das ações ordinárias da Companhia ("Escriturador") ou diretamente à Companhia, conforme as orientações constantes neste Edital e na proposta da administração e nas orientações para participação na AGO da Unicasa ("Proposta da Administração" e "Manual de Participação", respectivamente) até a data de **25 de abril de 2026 (inclusive)**. Se os Boletins de Voto forem recebidos após o dia 25 de abril de 2026, os votos não serão computados. Conforme disposto no artigo 6º, §3º, da Resolução CVM 81/22, os acionistas que pretendam participar e votar na AGO por meio do Sistema Eletrônico (e sem a utilização do boletim de voto a distância), deverão enviar solicitação à Companhia, juntamente com a prova de sua qualidade como acionista, documento de identidade e comprovante expedido pela instituição depositária contendo a respectiva participação acionária, pelo e-mail dri@unicasamoveis.com.br, até às 17:00 horas do dia 27 de abril de 2026. Os acionistas representados por procuradores deverão exibir as procurações até o mesmo momento e, pelo mesmo meio antes referido. Após a aprovação do cadastro da Companhia, o acionista receberá, até às 17h do dia 28 de abril de 2026 impreterivelmente, seu login e senha individual para acessar a plataforma por meio do e-mail utilizado para o cadastro. Caso o acionista não receba um e-mail com a confirmação do cadastro ou do upload dos documentos obrigatórios em até 24 horas após o envio - exceto nos cadastros realizados aos finais de semana, quando a confirmação será verificada no dia útil seguinte -, o acionista deverá entrar em contato com o departamento de Relações com Investidores da Companhia por meio de endereço de e-mail dri@unicasamoveis.com.br com até 24 horas de antecedência da AGO (ie., até às 10:00hrs do dia 28 de abril de 2026). **Não poderão participar da AGO os acionistas que não se cadastrarem ou não enviarem os documentos obrigatórios para sua participação na AGO até às 10:00hrs do dia 28 de abril de 2026.** Informações detalhadas sobre a participação do acionista diretamente, por seu representante legal ou procurador devidamente constituído, bem como as regras e procedimentos para participação e/ou votação a distância na AGO, inclusive orientações para envio do(s) Boletim(ns) de Voto e ainda, orientações sobre acesso à Plataforma Digital e regras de conduta a serem adotadas na Assembleia constam da Proposta da Administração e no Manual de Participação. **Em cumprimento ao previsto no artigo 161, §2º da Lei das S.A., em conjunto com a RCVM 81/22 e artigo 4º da Resolução CVM 70/22, informamos que o percentual mínimo de participação no capital social votante da Companhia, necessário ao pedido de instalação do Conselho Fiscal, é de 4% (quatro por cento) do capital social votante da Companhia. Ademais, em cumprimento ao artigo 5º, I, da RCVM 81/22, ao artigo 3º da Resolução CVM 70/22 e para os fins do artigo 141 da Lei das S.A., informamos que o percentual mínimo de participação no capital votante da Companhia necessário para requisição do processo de voto múltiplo para eleição do Conselho de Administração da Companhia é de 5% (cinco por cento).** A Proposta da Administração e o Manual de Participação na AGO, nos termos previstos na Resolução CVM 81/22, os documentos a ela relativos estão à disposição dos acionistas na sede social da Companhia e nos websites da CVM - Comissão de Valores Mobiliários (<http://www.cvm.gov.br>), da B3 - Brasil, Bolsa, Balcão (<http://www.b3.com.br>), e de Relações com Investidores da Unicasa (<http://ri.unicasamoveis.com.br>), sendo certo que caso os acionistas tenham quaisquer dúvidas em relação aos procedimentos para participação na AGO virtual estes devem entrar em contato com o Departamento de Relações com Investidores da Companhia por meio do e-mail dri@unicasamoveis.com.br ou do telefone 54 3455 4425. Bento Gonçalves, RS, 30 de março de 2026. **Geison Luis Rostrolla** - Presidente do Conselho de Administração.

MUNICÍPIO DE GUABIJU/RS

Pregão Presencial nº 06/2026. Aquisição de medicamentos. Julgamento 08/05/2026, às 08:30hs, Rua José Bonifácio, 816, Centro, Guabiju/RS. Informações e a íntegra do edital em www.guabiju.rs.gov.br - Neri Rosa da Silva - Prefeito.

Prefeitura Municipal de Getúlio Vargas

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Nº 260/2026. Edital: Concorrência Nº 7/2026. **Objeto:** Prestação de serviço de coleta na estação de transbordo do Município, transporte e destinação final de resíduos de construção civil (RSCC) classe A e B, e resíduos sólidos urbanos volumosos (tipo entulho de móveis usados) classe II A. **Entrega dos Envelopes:** 09:00. **Horário:** 14 de maio de 2026. **Abertura dos Envelopes:** 09:00. **Horário:** 14 de maio de 2026. **Editais:** Av. Firmino Girardello, nº 85 - Centro, Getúlio Vargas - RS, pelo fone (54) 3341-1600 ramal: 235 ou pelo site: www.pmgv.rs.gov.br. Getúlio Vargas, 23 de abril de 2026. PEDRO PAULO PREZZOTTO, Prefeito.

Prefeitura Municipal de Cristal do Sul

PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2026
PROCESSO ADM. Nº 56/2026

O Prefeito Municipal torna público que às 09:00 horas, do dia 11 de maio de 2026, serão abertos os envelopes do pregão presencial nº 06/2026, processo administrativo 56/2026. Objetivando a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de mecânica, destinados à manutenção preventiva e corretiva da frota municipal de máquinas pesadas (linha amarela), de propriedade do Município de Cristal do Sul - RS. Demais informações e cópias do edital poderão ser adquiridas na Secretaria Municipal da administração, nos horários de expediente das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, ou pelo fone e WhatsApp: (55) 3616-2215, site: www.cristaldosul.rs.gov.br, email: compraslicitacoes@cristaldosul.rs.gov.br. Cristal do Sul - RS, 23 de abril de 2026 Alexandre Costa - Prefeito Municipal

CRÉDITO REAL IMÓVEIS E CONDOMÍNIOS S.A. CNPJ/MF 92.691.336/0001-66 - NIRE 43 3 0001535 1

Relatório da Administração 2025

Aos Senhores Acionistas, Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração do Crédito Real Imóveis e Condomínios S.A. apresenta-lhes o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras. O planejamento do ano de 2025 foi definido para a busca da eficiência operacional e o desenvolvimento dos mercados que estamos presentes. A execução do plano foi direcionada para a otimização da estrutura física, despesas de pessoal e de serviços. A agência Floresta, onde centralizávamos a operação de locação foi integralmente transferida para a agência Carlos Gomes (Porto Alegre) e a agência Paulista (São Paulo) foi fechada, visando redução de custos. Além destas providências, a empresa efetuou uma reorganização na unidade de negócios de franquias, visando sua melhor performance, entrega de serviços atualizados e otimização de despesas. Neste diapasão e com base na metodologia OKR, implantada em 2024, foram identificadas oportunidades de otimização da equipe de gestão média, resultando na redução de 8 gerências. Ainda impactados pelos reflexos da enchente e a reestruturação do negócio, o desempenho comercial ficou ligeiramente abaixo do previsto, demandando maior atenção da gestão.

Acompanhamento de gestão: Diante do cenário, esforços de produtividade foram direcionados para os serviços de maior margem e na redução de serviços de terceiros. Com o aumento da inadimplência, amplamente divulgado pela imprensa, a empresa buscou alternativas de serviços de fiança onerosa e garantias de empresas terceiras, para novos contratos de locação, reduzindo a exposição ao risco. A rede de franquias Crédito Real foi otimizada, conforme planejado, e finalizou o ano com 130 franquias em operação. Os serviços de condomínios foram os menos impactados durante o exercício, restando observação sobre o alto nível de competição neste mercado. Uma série de iniciativas de automação e uso de inteligência artificial foram levadas em frente e a empresa se encontra atualizada tecnicamente com as últimas tendências tecnológicas. Visando redução da despesa financeira, foi realizado aporte de capital complementar no valor de R\$ 8.500.000 para quitação de compromissos de curto prazo e capital de giro. Pelo sexto ano consecutivo a empresa é agraciada com o reconhecimento na gestão de pessoas através da certificação GPTW ("Great Place to Work") e recebeu o Selo de Excelência em Franchising, concedido pela ABF. Planejamento estratégico: Para o ano de 2026, foi estabelecido, em conjunto com o Conselho de Administração, o direcionamento estratégico para eficiência operacional e o desenvolvimento dos mercados que já estamos presentes, objetivando o crescimento sustentável da operação. Governança: O modelo de Governança adotado segue estável, realizando acompanhamento constante dos resultados alcançados em relação às metas traçadas, revisando o planejamento e ajustando o curso sempre que necessário, fortalecendo nossos diferenciais competitivos no processo de gestão da Companhia. A diretoria.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Balanco Patrimonial dos Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em reais)

Table with columns for Ativo Circulante, Não Circulante, and Total do Ativo, split into Controladora and Consolidado for 2025 and 2024.

Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 - (Valores expressos em reais)

Table showing the change in equity components including Capital Social, Reservas, Lucros, and Prejuízos for 2025 and 2024.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis referente aos Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 - (Valores expressos em reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL: A Crédito Real Imóveis e Condomínios S.A. é uma Companhia anônima de capital fechado, com sede no Rio Grande do Sul, Capital. A companhia tem por finalidade principal a administração por conta de terceiros mediante comissão, com ou sem "del credere" de propriedades urbanas, suburbanas e rurais e a administração de condomínios horizontais e verticais de imóveis residenciais e não residenciais; comprar, vender, construir e incorporar imóveis; praticar a corretagem de imóveis e seguros e de outros bens; comerciar com materiais de construção e com o que mais convier concernente ao ramo.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES: As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com a Lei nº 6.404, de 15/12/1976, que dispõe sobre as Companhias por ações, Lei 11.638 de 28/12/2007 e alterações posteriores e os princípios fundamentais da contabilidade. As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, de acordo com as normas do CPC e requer que a Administração da companhia faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. A demonstração consolidada inclui a controlada Crédito Real Corretora de Seguros Ltda a qual iniciou suas atividades em 02 de março de 2016, tendo por finalidade a corretagem de seguros de todos os ramos. Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia as informações financeiras da controlada são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração, cuja conclusão foi autorizada pelo Conselho de Administração em 25 de março de 2026.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS: a) Demonstrações Financeiras Consolidadas: As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as demonstrações financeiras da companhia e das Companhias controladas indicadas na Nota Explicativa nº 8, e foram elaboradas com base nas normas de consolidação de balanços, NBC TG nº 36 - Demonstrações consolidadas, em conformidade com os seguintes principais aspectos: i. A Companhia e sua Companhia controlada adotam práticas contábeis uniformes para registro de suas operações e avaliação dos elementos patrimoniais; e ii. Os saldos de operações entre as empresas consolidadas estão devidamente eliminados, bem como as participações recíprocas, e estão excluídos do patrimônio líquido e da participação dos acionistas controladores. As participações de acionistas não controladores estão classificadas no patrimônio líquido na apresentação das demonstrações financeiras consolidadas. b) Instrumentos Financeiros: A Companhia reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia possui aplicações financeiras e recebíveis como ativos financeiros não derivativos. A Companhia reconhece passivos financeiros inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar, reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. c) Caixa e equivalentes de caixa: Compõe este grupo o saldo de caixa, bancos contas corrente e aplicações financeiras, registradas pelo custo de aquisição atualizado pelo indexador e/ou taxa de juros efetiva e são de liquidez imediata. d) Crédito com clientes: Os créditos a receber de clientes correspondem a encargos pagos antecipadamente para posterior recebimento e são inicialmente reconhecidas pelo valor da transação. E constituída uma provisão para perdas estimadas quando existe uma evidência objetiva de que a companhia poderá vir a não receber todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber. e) Investimentos: Os demais investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para estimativas de perdas, quando aplicável. f) Imobilizado: Os itens do imobilizado são avaliados pelo custo histórico de aquisição, menos a depreciação acumulada e quaisquer perdas não recuperáveis, providenciando laudos, se necessário para ajuste ao valor justo ou custo atribuído. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para que o item específico tenha o uso pretendido. A depreciação é reconhecida de modo a alocar o custo dos ativos menos os seus valores residuais ao longo de sua vida útil estimada, utilizando-se o método linear. As taxas anuais de depreciação estão demonstradas na nota explicativa 6. O valor contábil de um ativo é imediatamente reduzido para seu valor recuperável se o valor contábil estimado for maior do que o valor recuperável por uso ou venda. g) Intangível: Ativos intangíveis são saldos remanescentes de investimentos em controladas incorporadas em exercícios anteriores e dispêndios realizados com aquisição de carteiras de clientes de outras Companhias, como registros de marcas e patentes, softwares de computador adquiridos e reconhecidos pelo custo, menos a amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. São amortizados em função do correspondente benefício econômico e ou ao longo de sua vida útil estimada de cinco a dez anos, utilizando-se o método linear. O ágio por expectativa de rentabilidade futura não é amortizado e tem o seu valor recuperável testado, anualmente visando ao CPC 01 teste de recuperabilidade. h) Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (Impairment): A administração da companhia revisa no mínimo anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável efetivo. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para recuperação, ajustando-se o valor contábil líquido dos ativos ao valor recuperável (impairment), em contrapartida do resultado. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. i) Fornecedores: As contas a pagar aos fornecedores e outras são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e,

subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. j) Débito com clientes: Correspondem a saldos credores e devedores de condomínios comitentes bem como valores de caução e outros, e são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação e mensurados pelo custo, corrigidos conforme contrato. k) Provisões: As provisões de forma geral e específicas de indenizações locatícias são reconhecidas quando a companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; quando é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e quando o valor possa ser estimado com segurança. l) Financiamentos: Os empréstimos e financiamentos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação pelo valor recebido do banco, incluindo os custos de transação e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado e avaliados ao valor justo. As despesas com juros são reconhecidas com base no método de taxa de juros efetiva ao longo do prazo do empréstimo ou financiamento de tal forma que na data do vencimento o saldo contábil corresponde ao valor devido. Os juros são incluídos em despesas financeiras. m) Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos: O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro real e lucro presumido tributável, às alíquotas estabelecidas respectivamente, nos termos da legislação fiscal vigente. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias e sobre os prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social e apresentados no não circulante conforme sua natureza e expectativa de realização. n) Demais ativos, passivos circulantes e não circulantes: Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo no futuro. o) Reconhecimento de receitas: A receita de serviços é reconhecida quando são realizados e com anuência do cliente. A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, líquida de descontos, abatimentos, devoluções e impostos incidentes. Geralmente as receitas são reconhecidas no resultado pelo montante equivalente ao valor das notas fiscais emitidas. As demais receitas são sempre reconhecidas pelo regime de competência. p) Ajuste a valor presente de ativos e passivos: Os ativos e passivos monetários não circulantes e os circulantes quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados ao valor presente com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência dos exercícios. q) Ativos e passivos contingentes: O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas são efetuados da seguinte forma: Ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração da companhia possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos. Passivos contingentes são reconhecidos contabilmente levando-se em conta a opinião da assessoria jurídica, a natureza das demandas, a similaridade com outros processos, a complexidade do posicionamento de tribunais, entre outras análises da Administração da Companhia, sempre que as perdas forem avaliadas como prováveis.

Table for Imobilizado: Composição, showing Taxa anual de depreciação, Custo corrigido, Depreciação acumulada, Total for 2025 and 2024.

Table for Movimentação: showing Móveis e Utensílios, Beneficiários em Imóveis, Equip. de Comunic., Equip. de Proc. de Dados, Máq. e Equip., Total for 2025 and 2024.

Table for Intangível: Composição, showing Valores contábeis de: Aquisição de carteiras, Ágio na aquisição de investimentos, Reconhecimento Carteira de Clientes, Marcas e patentes, Direito de uso, Total for 2025 and 2024.

Demonstração do Resultado - (Valores expressos em reais)

Table showing the flow of income and expenses, including Receita Líquida dos Serviços, Lucro Bruto, Despesas Operacionais, and Resultado Atribuído aos Sócios.

Fluxo de Caixa Indireto - (Valores expressos em reais)

Table showing the flow of cash from operations, investments, and financing activities for 2025 and 2024.

Table showing the flow of cash from operations, investments, and financing activities, including Saldo em 31/12/2023, Adições, and Saldo em 31/12/2024.

Table for Movimentação: showing Saldo em 31/12/2023, Adições, and Saldo em 31/12/2024, including Aquisição de carteiras, Ágio na aquisição de investimento, and Marcas e patentes.

Os valores correspondentes à aquisição de carteiras estão suportados por laudo técnico da expectativa de rentabilidade em exercícios futuros, e são amortizados em função da expectativa de benefícios econômicos, suportado pelo contrato pactuado entre as partes. O montante de R\$ 1.158.892 de baixa na Aquisição de Carteiras refere-se ao aditivo relativo ao ajuste do valor da carteira da empresa Imobiliária Brognoli, de Florianópolis/SC, conforme previsto no contrato.

6. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS: A Companhia é controladora da Crédito Real Corretora de Seguros Ltda, constituída no Brasil, e detém 99,00% das ações da sociedade, equivalentes a R\$ 118.800,00 (cento e dezoito mil e oitocentos reais). As principais transações com partes relacionadas foram feitas de acordo com as condições previstas em contrato: (i) tanto as transações de venda quanto aos serviços de corretagem, os quais são negociados e os prazos de pagamento suportam a necessidade de capital de giro e as margens de mercado. (ii) os saldos de contas a pagar com as partes relacionadas referem-se a reembolso de despesas, que em geral são realizados dentro do próprio mês de origem. As seguintes transações foram efetuadas com partes relacionadas: Múltiplo no montante de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais).

7. PATRIMÔNIO LÍQUIDO: a) Capital social: O capital subscrito e integralizado é de R\$ 63.685.586,66 (sessenta e três milhões, seiscentos e oitenta e cinco mil, quinhentos e oitenta e seis reais e sessenta e seis centavos) divididos em 7.412 ações ordinárias, nominativas sem valor nominal, pertencentes quase na sua totalidade a pessoas físicas residentes no Brasil.

8. INSTRUMENTOS FINANCEIROS: A companhia mantém operações com instrumentos financeiros tradicionais (aplicações financeiras, créditos e empréstimos). Os instrumentos financeiros ativos e passivos constantes no balanço patrimonial estão registrados a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possuía nenhum instrumento financeiro derivativo e não efetuou aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de risco.

9. EVENTOS SUBSEQUENTES: A Companhia esclarece que, em consonância com o disposto na NBC TG 24 - Eventos Subsequentes, que, não identificamos nenhum evento subsequente e que necessite de maior destaque.

Porto Alegre, RS, 25 de março de 2026. CARLOS EDUARDO RUSCHEL - CPF nº 451.662.500-87 - Diretor Superintendente. EVALDO DOMBROWSKI LEAL - CPF 164.774.050-91 - Diretor Administrativo Financeiro. JOEL DE MATOS CARDOSO - CPF nº 502.296.990-49 - ContadorCRC/RS nº 051305/O-5



Soluções em Gestão Prisional SGP – SPE S.A. CNPJ 53.922.796/0001-04

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em Reais)			
ATIVO	Nota	31.12.2025 R\$	31.12.2024 R\$
Circulante:			
Caixa e equivalentes de caixa	4	7.148.028	17.087.753
Impostos a recuperar / compensar	5	93.465	58.367
Despesas antecipadas	6	94.102	133.547
Outros créditos	7	9.000	11.549
Total do Ativo Circulante		7.344.595	17.291.216
Não Circulante:			
Realizável a longo prazo:			
Ativo financeiro em formação	8	3.095.503	2.355.301
		3.095.503	2.355.301
Imobilizado	9	74.742	83.660
		74.742	83.660
Total do Ativo Não Circulante		3.170.245	2.438.961
TOTAL ATIVO		10.514.840	19.730.177

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em Reais)				
Saldos em 31 de dezembro de 2023	Nota	Capital Social R\$	Lucros/ Prejuízos Acumulados R\$	Total R\$
Integralização do capital		14.936.382	-	14.936.382
Resultado do exercício 2024		-	(9.212.376)	(9.212.376)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		14.936.382	(9.212.376)	5.724.006
Resultado do exercício 2025		-	(3.935.347)	(3.935.347)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		14.936.382	(13.147.723)	1.788.659

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em Reais)		
Impostos e Contribuições Sociais	Nota	Alíquotas
PIS		0,65%
COFINS		3%
ISS		2,00% a 5,00%

Essas despesas são demonstradas como deduções de vendas no resultado. As tribuições de de PIS e COFINS sobre faturamento são apuradas com base no regime cumulativo, sendo que sobre as receitas financeiras há incidência de Cofins e PIS com alíquotas de 4% e 0,65% respectivamente.

2.12. Novas normas, alterações e interpretação das normas
(a) Alterações de normas adotadas pela Sociedade
 As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2025:
 NBC TG 18 (R4) - Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade - IAS 28 - Em 3 de outubro de 2024 o CFC publicou a alteração NBC TG 18 (R4) - Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade - IAS 28. Esta Norma entrou em vigor no dia 1º de janeiro de 2025. Entretanto, em razão de sua aplicabilidade, não houve reflexos sobre as demonstrações contábeis da Sociedade.

(b) Normas novas que ainda não estão em vigor
 NBC TDS 01 - Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade - Em 29 de outubro de 2024 o CFC publicou a aprovação dessa norma que exige que a entidade divulgue informações sobre todos os riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade que poderiam afetar razoavelmente os seus fluxos de caixa, seu acesso a financiamento ou custo de capital no curto, médio ou longo prazo. Os riscos e oportunidades são conjuntamente referidos como "riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade que poderiam afetar razoavelmente as perspectivas da entidade". Essa Norma também prescreve como a entidade deve preparar e comunicar suas divulgações financeiras relacionadas à sustentabilidade, estabelecendo requisitos gerais para o conteúdo e a apresentação dessas divulgações. Esta Norma deverá ser aplicada aos exercícios sociais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada, e não deverá ter impacto significativo nas demonstrações contábeis da Sociedade.

2.3. Apuração do Resultado
 O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. A receita é reconhecida no resultado quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável, todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador e é provável que os benefícios econômicos serão gerados em favor da Companhia. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização.

2.4. Caixa e equivalentes de caixa
 Compreendem dinheiro em caixa e depósitos bancários, demonstrados ao custo. Aplicações financeiras, quando existentes, são demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, tendo como contrapartida o resultado do exercício.

2.5. Ativos financeiros
 A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e mensurados ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.
a) Mensurados ao valor justo por meio do resultado - Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se:
 • For adquirido principalmente para ser vendido a curto prazo;
 • No reconhecimento inicial por parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que a Empresa administra em conjunto e possuir um padrão real recente de obtenção de lucros em curto prazo; ou
 • For um derivativo que não tenha sido designado como um instrumento de hedge efetivo. Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado.

b) Mensurados ao custo amortizado - São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes).
c) Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge - Durante os exercícios de 2025 e de 2024, a Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos (operações de hedge, swap, contratos a termo e outras) e realiza a avaliação de seus ativos e passivos financeiros. Os valores de mercado dos instrumentos financeiros, ativos e passivos tais como: disponibilidades e títulos e valores mobiliários, registrados em contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2024, não apresentam valores de mercado significativamente diferentes dos reconhecidos nos balanços, considerando os critérios de atualização contratados.

Nas atividades operacionais não há exposição significativa a riscos de mercado relacionados a variações cambiais. A Empresa adota políticas e procedimentos para administrar situações e que possa haver impactos decorrentes desse risco. Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Empresa e suas controladas estão determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, tais estimativas podem não refletir, necessariamente, os montantes que poderão ser efetivamente realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas.

2.6. Ativos e passivos circulantes
 Ativos são demonstrados por seu valor de realização e os passivos pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos de encargos incorridos, quando aplicável. Os direitos realizáveis e as obrigações, quando vencíveis após 12 meses subsequentes à data do balanço, são considerados como não circulantes.

2.7. Os créditos a receber
 São registrados pelos valores prováveis de realização, quando aplicável líquidos de provisão para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa.

2.8. Imobilizado
 É demonstrado ao custo de aquisição ou produção. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com as taxas mencionadas na Nota 9, levando em consideração o prazo de vida útil estimado dos bens. Um item do imobilizado é baixado quando alienado ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Qualquer ganho ou perda na baixa do ativo (calculado como a diferença entre o valor líquido da venda do ativo e seu valor contábil) é reconhecido no resultado no exercício em que o ativo for baixado. Se houver qualquer indicação de uma mudança significativa na taxa de depreciação, no prazo de vida útil ou no valor contábil líquido de um ativo, a depreciação desse item é revisada de forma prospectiva para refletir as novas expectativas.

2.9. Provisões
 A Companhia reconhece um gasto como provisão quando: (a) tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, (b) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e (c) o valor pode ser estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

2.10. Redução ao valor recuperável
 Os ativos sujeitos à depreciação ou amortização são revisados anualmente para verificação do valor recuperável. Quando houver indicio de perda do valor recuperável (impairment), o valor contábil do ativo é testado. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável; ou seja, o maior valor entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

2.11. Impostos sobre vendas e serviços
 Estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições obrigatórias, de acordo com as alíquotas demonstradas a seguir:

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2025 (Em Reais)			
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	Nota	31.12.2025 R\$	31.12.2024 R\$
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS			
Construção	16	(295.687)	(2.355.301)
		(295.687)	(2.355.301)
RESULTADO BRUTO			
Despesas Gerais e Administrativas			
Pessoal		(55.922)	(20.447)
Legais e jurídicas	17	(356.540)	(4.665.530)
Serviços de terceiros	18	(2.254.391)	(4.236.537)
Tributárias		(277.596)	(3.757)
Depreciação e amortização	9	(8.917)	(5.514)
Seguros	21	(439.110)	(323.264)
Viagens		(324.197)	(201.484)
Outras receitas / (despesas) operacionais	19	(227.277)	(235.029)
		(3.943.950)	(9.691.562)
PREJUÍZO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(3.943.950)	(9.691.562)
Receitas / (Despesas) financeiras	20	8.603	722.601
RESULTADO ANTES DO IRPJ E CSLL		(3.935.347)	(8.968.961)
Imposto de renda e contribuição social		-	(243.415)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(3.935.347)	(9.212.376)
Resultado por ação		(0,263)	(0,617)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2025 (Em Reais)			
Caixa Gerado nas Atividades Operacionais:	31.12.2025 R\$	31.12.2024 R\$	
Resultado do Exercício	(3.935.347)	(9.212.376)	
Ajustes ao Resultado Líquido:			
Depreciação e amortização	8.917	5.514	
Provisões diversas	3.440	1.376	
	(3.922.990)	(9.205.486)	
(Aumento)/Diminuição em Contas do Ativo:			
Tributos a compensar/recuperar	(35.097)	(58.367)	
Despesas antecipadas	39.445	(133.547)	
Ativo financeiro em formação	(740.202)	(2.355.301)	
Outros créditos	2.549	(11.549)	
Aumento/(Diminuição) em Contas do Passivo:			
Fornecedores	71.174	-	
Obrigações trabalhistas	(829)	2.464	
Obrigações tributárias	(203.391)	378.331	
Outras obrigações	(5.150.384)	13.624.000	
Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais	(9.939.725)	2.240.545	
Caixa Utilizado nas Atividades de Investimento:			
Integralização de capital	-	14.936.382	
Aquisição de imobilizado	-	(89.174)	
	(9.939.725)	17.087.753	
Caixa Líquido Gerado no Exercício:	17.087.753	-	
Saldo das Disponibilidades no Início do Exercício	-	-	
Saldo das Disponibilidades no Final do Exercício	7.148.028	17.087.753	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em Reais)			
Salários a pagar	31.12.2025 R\$	31.12.2024 R\$	
Salários a pagar	983	1.381	
INSS	510	918	
FGTS	142	165	
	1.635	2.464	

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em Reais)			
IRPJ	31.12.2025 R\$	31.12.2024 R\$	
IRPJ	-	112.445	
CSLL	-	68.088	
ISS	86	-	
IRRF	42.645	48.237	
PIS/Cofins/CSLL retenção	132.209	149.561	
	174.940	378.331	

13. PROVISÕES TRABALHISTAS
 O valor de R\$ 4.816 (R\$ 1.376 em 31 de dezembro de 2024) refere-se ao reconhecimento inicial da provisão de férias considerando os valores proporcionais até a data do balanço, acrescidos dos encargos sociais.

14. OUTRAS OBRIGAÇÕES
 O valor de R\$ 8.473.616 (R\$ 13.624.000 em 31 de dezembro de 2024) corresponde a recursos obtidos antecipadamente de empresas não vinculadas interessadas no desenvolvimento de parcerias para estruturação de diversas atividades comerciais e de prestação de serviços complementares periféricos ao Complexo Prisional.

15. CAPITAL SOCIAL
 O capital social da Companhia, em moeda corrente nacional, é de R\$ 14.936.382 (quatorze milhões e novecentos e trinta e seis mil e trezentos e oitenta e dois reais), totalmente subscrito e integralizado, representado por 14.936.382 (quatorze milhões e novecentas e trinta e seis mil e trezentas e oitenta e duas) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

16. RECEITA DE CONSTRUÇÃO E CUSTO DE CONSTRUÇÃO
 Em 2025 foram registradas receitas de construção e custos de construção, ambos no montante de R\$ 295.687, representado pelos gastos iniciais de obras e serviços atribuídos ao objeto do Contrato de concessão, os quais estão compondo o ativo financeiro em formação.

17. DESPESAS LEGAIS E JURÍDICAS
 Correspondem substancialmente a honorários advocatícios e gastos decorrentes de procedimentos legais vinculados ao contrato de concessão, totalizando R\$ 356.540.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em Reais)			
Assessoria administrativa e financeira	31.12.2025 R\$	31.12.2024 R\$	
Assessoria administrativa e financeira	618.134	3.197.472	
Assessoria corpo diretivo	1.366.969	1.006.825	
Serviços de consultoria	-	4.500	
Assessoria contábil	68.106	16.800	
Laudos técnicos e periciais	-	140	
Gerenciamento de redes sociais	11.500	6.900	
Serviços de autônomos	189.682	3.900	
	2.254.391	4.236.537	

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em Reais)			
Manutenção e conservação	31.12.2025 R\$	31.12.2024 R\$	
Manutenção e conservação	-	98.691	
Aluguéis e locações	143.285	79.797	
Água e luz	2.386	2.390	
Telefone, TV e internet	20.673	9.694	
Lanches e refeições	60	2.795	
Material de uso, consumo e expediente	1.311	11.953	
Material de informática	35.485	27.125	
Marketing	22.305	-	
Outros gastos de menor valor	1.772	2.584	
	227.277	235.029	

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em Reais)			
Receitas Financeiras:	31.12.2025 R\$	31.12.2024 R\$	
Rendimentos de aplicações financeiras	122.317	748.135	
Descontos obtidos	388	8	
	122.705	748.143	
Despesas Financeiras:			
Despesas bancárias	(2.975)	(2.346)	
Juros passivos	(65.648)	(8)	
IOF	(45.479)	(23.188)	
	(114.102)	(25.542)	
	8.603	722.601	

21. COBERTURA DE SEGUROS
 A Companhia, com base na avaliação de seus consultores, mantém coberturas de seguros por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade e os requerimentos contidos no Contrato de concessão. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeira, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Seguradora	Risco coberto	Vigência	Cobertura R\$
Mapfre Seguros Gerais S/A	Responsabilidade Civil Geral	25/07/2024 a 25/07/2026	5.000.000
Tokio Marine Seguradora	Riscos Financeiros - Concessão	26/03/2025 a 26/03/2026	45.000.000
Mapfre Seguros Gerais S/A	Riscos de Eng. Peq. e Médias Obras	25/07/2024 a 25/07/2027	36.260.333

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a revisão sobre a suficiência de cobertura de seguros, o que foi determinado pela Administração da Companhia como suficiente para cobrir eventuais sinistros.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2025 (Em Reais)			
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	Nota	31.12.2025 R\$	31.12.2024 R\$
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS			
Construção	16	(295.687)	(2.355.301)
		(295.687)	(2.355.301)
RESULTADO BRUTO			
Despesas Gerais e Administrativas			
Pessoal		(55.	

Continuação - página 2	Soluções em Gestão Prisional SGP – SPE S.A.	RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
<p>Aos Administradores da Soluções em Gestão Prisional – SGP SPE S.A. Erechin - RS</p> <p>Opinião</p> <p>Examinamos as demonstrações contábeis da Soluções em Gestão Prisional – SGP SPE S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de doze meses findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.</p> <p>Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Soluções em Gestão Prisional – SGP SPE S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.</p> <p>Base para opinião</p> <p>Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com as normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.</p> <p>Outros Assuntos</p> <p>Aspectos contingenciais: No curso normal de seus negócios a Sociedade está sujeita a inspeções e possíveis reivindicações, principalmente em relação a questões tributárias, trabalhistas e regulamentares governamentais, e terá o direito de se defender no caso de</p>	<p>processos com os quais não concorde. A administração manifesta não ter conhecimento de nenhum processo em curso contra a Sociedade que não esteja apropriadamente divulgado nas demonstrações contábeis.</p> <p>Responsabilidade da administração e da governança pelas Demonstrações contábeis</p> <p>A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis.</p> <p>Os responsáveis pela governança da empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.</p> <p>Responsabilidade do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis</p> <p>Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detectam distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.</p> <p>Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:</p> <ul style="list-style-type: none"> Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, 	<p>independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião.</p> <ul style="list-style-type: none"> Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. Analisamos a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, concluímos que não existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. <p>Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.</p>
		<p>São Paulo, 20 de março de 2026.</p> <p>WALTER HEUER – WH AUDITORES INDEPENDENTES CRC-SP000334/O-6</p> <p>Gilson Miguel de Bessa Menezes Contador CRC-1RJ017511/O-9 “T”</p>

SINDICATO DOS ESTIVADORES E TRABALHADORES EM CARVÃO E MINERAL DE RIO GRANDE, PELOTAS E SÃO JOSÉ DO NORTE - RS - CNPJ - 94876026/0001-41
Fundado em 7 de outubro de 1931, sob o nome: Sindicato de Operários da Estiva

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

O presidente do SINDICATO DOS ESTIVADORES E DOS TRABALHADORES EM CARVÃO MINERAL DE RIO GRANDE, PELOTAS E SÃO JOSÉ DO NORTE, infra-assinado, na forma estatutária, vem pela presente convocar todos os sócios desta entidade, a comparecerem ao ato de ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA, que se realizará no próximo dia 30/04/2026, com a primeira convocação às 13horas, e, não havendo quórum estatutário, em segunda convocação às 13h30min, com qualquer número de sócios presentes, em sua sede social sito a Av. Honório Bicalho, Travessa do Porto S/N, nesta cidade de Rio Grande, com a seguinte ordem do dia:

- 1) PRESTAÇÃO DE CONTAS DESTA ENTIDADE RELATIVA AO EXERCÍCIO FISCAL DE 2025;
- 2) PARECER DO CONSELHO FISCAL RELATIVO AO EXERCÍCIO FISCAL DE 2025;
- 3) APRESENTAÇÃO DO ORÇAMENTO ANUAL PARA 2026;
- 4) APRESENTAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO SINDICATO;
- 5) DEFINIÇÃO DO PERCENTUAL DA CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL (CS) DESCONTADA DOS TPAS, EM CUMPRIMENTO AO ESTABELECIDO EM CCT;

Rio Grande, 22 de abril de 2026.
MICHAEL NUNES DA LUZ
Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRINDADE DO SUL

AVISO DE LICITAÇÃO - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 003/2026

Procedimento Licitatório nº 063/2026. Concorrência Eletrônica nº 003/2026. O Município de Trindade do Sul através de seu Prefeito Municipal, por intermédio de seu Agente de Contratação e Equipe de Apoio, nomeados pela Portaria nº 356/2025, torna público que fará realizar licitação, na modalidade de CONCORRÊNCIA, na forma ELETRÔNICA, com Modo de disputa Aberto, pelo critério de julgamento Menor Preço Global, sob o Regime de Execução Empreitada por Preço Global, compreendendo mão-de-obra e materiais, para a contratação de empresa especializada, sob o Regime de Execução de Empreitada Por Preço Global, compreendendo mão-de-obra e materiais, visando a Execução de Pavimentação asfáltica em CBUQ (Concreto Betuminoso Usinado a Quente), nas Ruas Chorão, Bálamo e Guarantã, localizadas no perímetro urbano do Município de Trindade do Sul/RS, abrangendo uma área total de 10.400,82m², com recursos próprios e oriundos do Convênio FPE nº 5223/2025, Processo nº 25/2600-0001157-9 - Avançar Pavimentação RS, caracterizada e especificada no Termo de Referência, no Projeto Executivo e seus anexos, e conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos, na forma da lei. Edital disponível no site <http://www.trindadedosul.rs.gov.br>, no portal <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>, no Licitacão/TCE, no PNCP e no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal. Informações pelo tel. (54) 3541.1025, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min, de segunda a sexta feira. A sessão pública será realizada observando-se os seguintes horários (Brasília/DF) e datas para os procedimentos: Data do Certame: 14 de maio de 2026. Recebimento das Propostas: Início: 09h00min do dia 29/04/2026 e Fim: 08h59min do dia 14/05/2026. Início da Sessão de Disputa de Preços 09h00min do dia 14/05/2026. Trindade do Sul/RS, 24 de abril de 2026. **Odair Adílio Peliccioli - Prefeito Municipal**

MUNICÍPIO DE BARÃO
PUBLICAÇÃO DE EDITAL
AVISO DE LICITAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2026
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CAMINHÃO PRANCHA
DATA: 19 DE MAIO DE 2026
HORÁRIO: 08:30 HRS
LOCAL: www.pregaobanrisul.com.br
Informações: Fone: (51) 3696-1200 - Site: www.barao.rs.gov.br; ou pelo e-mail: licitacoes@barao.rs.gov.br
JEFFERSON SCHUSTER BORN
Prefeito Municipal

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REFORMA DE TELHADO DO CENTRO DE ESPECIALIDADES
DATA: 08 DE JUNHO DE 2026
HORÁRIO: 08:30 HRS
LOCAL: www.pregaobanrisul.com.br
Informações: Fone: (51) 3696-1200 - Site: www.barao.rs.gov.br; ou pelo e-mail: licitacoes@barao.rs.gov.br
JEFFERSON SCHUSTER BORN
Prefeito Municipal

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM ESTABELECIDAMENTOS DE ENSINO DE PASSO FUNDO E REGIÃO - SINTEE/NORTE-RS

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O SINDICATO DOS TRABALHADORES EM ESTABELECIDAMENTOS DE ENSINO DE PASSO FUNDO E REGIÃO – SINTEE/NORTE-RS, convoca todos os integrantes da sua categoria profissional que laboram em estabelecimentos de Educação Básica, representados pelo SINTEE NORTE/RS, para participarem das ASSEMBLEIAS GERAIS EXTRAORDINÁRIAS, que serão realizadas no dia 27/04/2026: em Carazinho, às 9h no Colégio Glória e, às 10h no Colégio La Salle; no dia 28/04/2026, em Passo Fundo, às 10h, no Colégio Bom Conselho e, às 13h30min, no Colégio Menino Deus e; no dia 29/04/2026, em Lagoa Vermelha, às 13h30min, no Ceclea, com a seguinte ordem do dia: 1) Análise e votação das propostas de celebração de Convenção Coletiva de Trabalho 2026/2027, para o segmento da Educação Básica, negociada com o SINEPE/RS. 2) Deliberação sobre o valor/percentual, o período do desconto da Contribuição Assistencial, bem como o prazo e a forma para manifestação de oposição ao desconto aprovado. 3) Assuntos Gerais. Caso não seja atingido o quórum em primeira chamada as assembleias serão instaladas, com qualquer número de participantes, após 30 (trinta) minutos do horário inicialmente estabelecido. Passo Fundo/RS, 24 de abril de 2026. Gilmar José Voloski - Coordenador Geral do Sintee Norte/RS

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO DE SÓCIAS OFICINA CERÂMICA LTDA.
CNPJ nº 90.183.484/0001-44 NIRE nº 43200829977

Ficam convocadas as sócias da OFICINA CERÂMICA LTDA., na forma do Contrato Social, para se reunirem em Reunião de Sócios a realizar-se no dia 30 de abril de 2026, às 9h00, em formato digital. O link de acesso à reunião poderá ser obtido mediante solicitação enviada ao e-mail: reuniao.oc@gmail.com. A reunião terá a finalidade de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia:
Ordem do Dia:
I – Deliberar sobre a aprovação das contas da administração relativas ao exercício social de 2025 e exercícios anteriores;
II – Deliberar acerca da destinação dos lucros líquidos acumulados até 31/12/2025, nos termos da Lei nº 15.270/2025.

Porto Alegre, 24 de Abril de 2026.

CÂMARA DE VEREADORES DE SAPIRANGA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO 05/2026

A Câmara Municipal de Sapiranga, por meio de seu Presidente, Sr. Pedro Pereira, torna público que realizará licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, tipo MENOR PREÇO, cujo objeto é a AQUISIÇÃO DE CADEIRAS, sendo a abertura das propostas no dia 07 de maio de 2026, às 7h, através do endereço eletrônico www.pregaobanrisul.com.br.

Sapiranga, 24 de abril de 2026.
Pedro Pereira
Presidente da Câmara Municipal de Sapiranga

MONTE CARLO – EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA
CNPJ: 05.520.292/0001-07 NIRE: 4320503573-1

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Data, hora e local: Ao vigésimo terceiro dia do mês de abril de dois mil e vinte e seis, às 10:00 (dez) horas, na sede da empresa MONTE CARLO – EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA, localizada na Rua Vinte Quatro de Outubro, nº. 1440, sala 403 Bairro auxiliadora na cidade de Porto Alegre/RS, CEP. 90.510-001. **Ordem do dia:** Redução do capital social, conforme o Código Civil (Lei nº 10.406/2002), arts. 1.082 a 1.084, que permite a utilização para abatimento nos prejuízos acumulados da empresa. Por unanimidade de votos dos sócios presentes, à assembleia deliberou: a redução do capital social de R\$ 4.745.000,00 para R\$ 2.925.727,00 sendo o valor de R\$ 1.819.273,00 a ser utilizado para abatimento nos prejuízos acumulados. O novo valor de capital social será distribuído na mesma proporcionalidade constante no contrato social. Sendo assim a partir da data da publicação desta ATA passa a contar o prazo de 90 dias para manifestação de quaisquer que tenham interesse. **Mesa Dirigente:** Elton Pigozzi portador do CPF: 345.491.889-87 como socio e representante legal da empresa ELTONPAR – PARTICIPAÇÕES E SERVIÇOS LTDA. CNPJ: 05.682.659/0001-99 e para secretaria-lo, Bruno Duarte Pigozzi, portador do CPF: 004.963.110-18 e o administrador Lucas Duarte Pigozzi, portador do CPF: 027.951.050-04. Porto Alegre/RS, 23 de abril de 2026.

Condomínio Residencial Pousada do Serrano
Convocação de Assembléia Geral Ordinária

No uso de suas atribuições, de acordo com a cláusula 20ª (caput), nos termos da cláusula 21ª da convenção, convoco Assembleia Geral Ordinária conforme segue: data 19 de maio de 2026 (terça-feira), horário da 1ª convocação às 18:00 horas e 2ª convocação às 19:00 horas. Local: Auditório do Sindicato dos Engenheiros, (SENGE), Avenida Érico Veríssimo, Nº 960, esquina Visconde do Herval Bairro Menino Deus - Porto Alegre/RS. **ORDEM DO DIA:** 1- Deliberar sobre a aprovação da ata da assembleia geral ordinária anterior; 2- Examinar e deliberar sobre as contas da administração 2025; 3- Examinar e deliberar sobre as previsões orçamentárias 2026; 4- Examinar e deliberar sobre o valor da taxa condominial mensal; 5- Fixar os honorários da comissão de Administração do período 06/2026 a 05/2028; 6- Constituir comissão de eleição, nos termos da cláusula 20ª, §5º, da Convenção do Residencial Pousada do Serrano; 7- Eleger os membros da comissão de administração para o período 2026-2028. Conforme o novo código Civil Brasileiro, em seu Art. 1335, para participar e votar nas assembleias, o condômino deverá estar quite com suas cotas condominiais. Os que comparecerem na condição de procuradores de condôminos deverão apresentar os documentos de representação. Gramado, 22 de abril de 2026.
ARLENE FERNANDES DE MARTINO. Síndica

Prefeitura Municipal de Alto Alegre
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 034/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2026

Objeto: Contratação de empresa para aquisição de uma carreta agrícola basculante e um moto encanteirador conforme convênio firmado entre o Estado do Rio Grande do Sul e o município por intermédio da Secretaria da Agricultura, para executar demandas da FPE nº 2857/2025. Tipo de licitação: Menor valor por item. Data e horário da sessão: 13/05/2026 às 08:30h. Íntegra do edital no site www.altoalegre.rs.gov.br e/ou www.pregaonlinebanrisul.com.br. Alto Alegre/RS, 24/04/2026. **Silmar Demaman – Prefeito Municipal.**

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 033/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2026
Objeto: PREGÃO Eletrônico para Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes objetivando o desenvolvimento de agroindústria do município de Alto Alegre/RS. Conforme convênio: FPE nº 2776/2025 e Consulta Popular 2024/2025 - Processo nº 25/1300-0004400-2. Tipo de licitação: Menor valor por item. Data e horário da sessão: 11/05/2026 às 08:30h. Íntegra do edital no site www.altoalegre.rs.gov.br e/ou www.pregaonlinebanrisul.com.br. Alto Alegre/RS, 24/04/2026.
Silmar Demaman – Prefeito Municipal.

Roberto Paris, do Bradesco, vai presidir a Anbima

A Anbima (associação que reúne entidades dos mercados financeiro e de capitais) tem um novo presidente, Roberto Paris, diretor-executivo do Bradesco, responsável pela gestora de recursos, tesouraria e departamento econômico. O executivo deve assumir a função ao final do processo que vai ratificar a chapa única da nova diretoria, divulgada aos associados nesta quinta, em votação que se encerra em 30 de abril.

Paris sucederá Carlos André, executivo com longa experiência no setor bancário, assumindo a entidade em um momento em que os órgãos reguladores enfrentam desafios importantes. Ao adiantar o que pode ser herdado por Paris, Carlos André disse que a entidade deve encaminhar aos candidatos à Presidência um documento contendo, entre outros pontos, a defesa do fortalecimento das autarquias que regulam o setor, como CVM (Comissão de Valores Mobiliários) e Banco Central, sobretudo após os estragos provocados pelo escândalo do Banco Master.

Atualmente, o Banco Central tem duas diretorias vagas (a de organização do sistema financeiro e de resolução e a de política econômica), e a CVM também tem buracos em sua estrutura, com uma presidência interina e apenas duas de suas cinco diretorias ocupadas. “Temos discutido se seria conveniente construir uma pauta a ser entregue aos candidatos ou aos responsáveis pela construção dos planos econômicos com pontos que deveriam ser trabalhados pelo futuro governo”, diz André.



METALÚRGICA MOR S.A.

CNPJ 95.422.218/0001-40

BR 471, Km 132 - Distrito Industrial - Fone (51) 21067500 - Caixa Postal 145 - Santa Cruz do Sul - RS

www.mor.com.br

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos a V.Sas. o Balanço Patrimonial e os respectivos Demonstrativos relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 e colocando-nos desde já a inteira disposição para o esclarecimento de eventuais dúvidas. Aproveitamos a oportunidade para agradecer aos nossos clientes, fornecedores, representantes, comunidade e em especial aos nossos colaboradores pela dedicação e empenho proporcionados à empresa.

A DIRETORIA.

Santa Cruz do Sul, 10 de abril de 2026.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PROCEDIDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 - (Em Reais Mil)

ATIVO	2025		2024		PASSIVO	2025		2024	
	2025	2024	2025	2024		2025	2024	2025	2024
Ativo Circulante	1.273.062	1.151.317	602.112	492.484	Passivo Circulante	602.112	492.484	602.112	492.484
Caixa e Equivalentes de Caixa	57.261	45.746	Fornecedores	172.267	188.516	Emprestimos e Financiamentos	283.037	174.822	22.850
Duplicatas a Receber	750.755	665.058	Adiantamentos de Clientes	17.851	4.888	Salários a Pagar	5.638	15.389	26.808
(-) Perdas com Clientes	(7.839)	(5.739)	Comissões a Pagar	17.229	15.389	Contribuições e Impostos a Recolher	35.406	26.808	570
Estoques	407.668	343.282	Impostos sobre Lucros	16.811	13.980	Provisão para Férias c/ Encargos	1.514	1.128	34.851
Impostos a Recuperar	17.192	13.375	Juros s/ Capital Próprio a Pagar	34.851	29.110	Provisão para Verbas Contratuais	834	190	3.088
Adiantamentos a Fornecedores	46.309	88.511	Provisão Contingências Cíveis / Trabalhistas	834	190	Provisão p/ Fretes a Pagar	3.088	4.219	8.764
Adiantamentos Diversos	1.300	521	Provisão Indenização Representantes	2.550	2.239	Provisão Comissões Exportações	634	521	1.058
Outros Direitos	34	34	Provisão E-Commerce	1.058	203	Outras Obrigações	34.442	33.503	8.185
Despesas Antecipadas	381	529	Passivo Não Circulante	102.840	45.502	Emprestimos e Financiamentos	34.442	33.503	8.185
Ativo Não Circulante	436.522	332.129	Contribuições e Impostos a Recolher	60.213	11.999	Lucros a Distribuir	60.213	945.460	1.004.632
Realizável a Longo Prazo			Patrimônio Líquido	1.004.632	443.602	Capital Social	950.000	443.602	54.632
Partes Relacionadas - Créditos com Diretores	3	17	Reservas de Lucros	54.632	501.858	Reservas de Lucros	54.632	501.858	1.709.584
Dep. Judiciais e Empréstimos Compulsórios	5.811	4.108	Total do Passivo	1.709.584	1.483.446				
Aplic. Instr. Patrimoniais Outras Empresas	39	39							
Impostos a Recuperar	5.896	4.468							
Notas Promissórias a Receber	2.246	2.246							
Impostos Diferidos a Compensar	25.553	20.268							
Imobilizado	394.949	299.624							
Intangível	2.025	1.359							
Total do Ativo	1.709.584	1.483.446							

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 - (Em Reais Mil)

	2025	2024
Receita Bruta de Vendas	2.063.895	1.905.620
Deduções e Impostos Sobre Vendas	(450.157)	(423.462)
IPPI	(94.147)	(91.386)
Impostos sobre Vendas	(329.948)	(306.278)
Devoluções	(26.062)	(25.798)
Receita Operacional Líquida	1.613.738	1.482.158
Receita Operacional Líquida	1.613.738	1.482.158
Lucro Bruto	372.868	372.197
Despesas/Receitas Operacionais	(226.190)	(223.756)
Com Vendas	(56.755)	(53.273)
Gerais e Administrativas	81.263	64.178
Outras Receitas Operacionais	1.247	(47)
Resultados Extraordinários		
Lucro Antes dos Efeitos Financeiros	172.433	159.299
Despesas Financeiras	(59.259)	(55.143)
Receitas Financeiras	43.082	55.290
Lucro Antes dos Impostos sobre o Lucro	156.256	159.446
Contribuição Social	(5.204)	(9.540)
Imposto de Renda	(13.482)	(23.867)
Lucro Líquido do Exercício	137.570	126.039
Lucro Líquido por Lote de 1000 Ações	5.564,6792	5.356,7512

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO LEVANTADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 - (Em Reais Mil)

Eventos/Contas	Capital		Res. Lucros			Lucros Acumulados	Total
	Subscrito	a Integralizar	Reserva Legal	Res. Sub. Investim.	Res. Lucros Acumulados		
Saldo em 31/12/2023	530.000	(127.300)	12.769	34.037	385.013	0	834.519
Integralização de Capital	0	40.902	0	0	0	0	40.902
Resultado Líquido do Exercício	0	0	0	0	0	126.039	126.039
Juros s/ Capital Próprio	0	0	0	0	0	(56.000)	(56.000)
Destinação Resultado:							
Reserva p/Sub. Investimentos	0	0	0	47.670	0	(47.670)	0
Reserva Legal	0	0	1.118	0	0	(1.118)	0
Reserva de Lucros Acumulados	0	0	0	0	21.251	(21.251)	0
Saldo em 31/12/2024	530.000	(86.398)	13.887	81.707	406.264	0	945.460
Integralização de Capital	0	86.398	0	0	0	0	86.398
Aumento de Capital	420.000	0	(13.867)	(81.707)	(324.426)	0	0
Subscrição de Capital	50.000	(50.000)	0	0	0	0	0
Reversão de Reserva de Lucros	0	0	0	0	(81.838)	81.838	0
Distribuição de Lucros	0	0	0	0	0	(81.838)	(81.838)
Resultado Abrangente	0	0	0	704	0	704	704
Resultado Líquido do Exercício	0	0	0	0	0	137.570	137.570
Juros s/ Capital Próprio	0	0	0	0	0	(83.500)	(83.500)
Destinação Resultado:							
Reserva p/Sub. Investimentos	0	0	0	48.395	0	(48.395)	0
Reserva Legal	0	0	284	0	0	(284)	0
Lucros Distribuídos	0	0	0	0	0	(162)	(162)
Reserva de Lucros Acumulados	0	0	0	0	5.229	(5.229)	0
Saldo em 31/12/2025	1.000.000	(50.000)	304	49.099	5.229	0	1.004.632

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 - (Em Reais Mil)

	2025	2024
Fluxo das Atividades Operacionais	111.376	163.535
Resultado Líquido do Exercício	137.570	126.039
Ajustes do Resultado:		
Resultado Abrangente	704	0
Depreciações e Amortizações	36.931	33.886
Baixas do Imobilizado	57.603	25.938
Provisão p/ Perdas Clientes	2.100	(2.532)
Provisão Verbas Contr. Pagar	5.741	290
Provisão Contingências Trabalhistas	644	117
Provisão p/Fretes a Pagar	(1.131)	(1.548)
Provisão Indenização Representantes	2.118	571
Provisão Comissões Exportações	311	(12)
Provisão E-Commerce	113	(182)
Impostos Diferidos a Compensar	(5.285)	(408)
Variáveis do Ativo Circulante	(65.697)	(463)
Duplicatas a Receber	(65.697)	(463)
Estoques	(64.386)	(52.536)
Impostos a Recuperar	(3.817)	820
Adiantamentos a Fornecedores	42.202	(51.569)
Adiantamentos Diversos	(779)	138
Despesas Antecipadas	148	(197)
Variáveis do Passivo Circulante	(16.249)	64.796
Fornecedores	(16.249)	64.796
Adiantamentos de Clientes	(4.999)	10.713
Salários a Pagar	750	723
Comissões a Pagar	1.840	4.369
Contribuições e Impostos a Recolher	8.598	(5.729)
Impostos sobre Lucros	(395)	50
Provisão p/ Férias c/ Encargos	2.831	1.985
Outras Obrigações	855	41
Variáveis do Ativo Não Circulante	(1.703)	(686)
Dep. Jud. Empr. Comp.	(1.703)	(686)
Impostos a Recuperar	(1.428)	(3.078)
Variáveis do Passivo Não Circulante	(3.814)	0
Contribuições e Impostos a Recolher	(3.814)	0
Dep. Jud. Empr. Comp.	0	11.999
Fluxo das Atividades de Investimento	(190.511)	(100.067)
Partes Relacionadas - Créditos com		
Diretores	14	(17)
Aquisições de Imobilizado	(189.296)	(99.188)
Aquisições de Intangível	(1.229)	(862)
Fluxo das Atividades de Financiamento	90.650	(82.612)
Emprestimos e Financiamentos	109.154	(67.645)
Integralização de Capital	86.398	40.902
Lucros Distribuídos / Pagos	(21.787)	0
Juros s/ Capital Próprio Registrados / Pagar	(83.115)	(55.869)
Variáveis no Caixa e Equivalentes de Caixa	11.515	(19.144)
Caixa e Equivalentes de Caixa	45.746	64.890
No Início do Período	57.261	45.746
No Final do Período	45.746	57.261
Variáveis no Caixa e Equivalentes de Caixa	11.515	(19.144)

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

Santa Cruz do Sul, 20 de março de 2026.

DIRETORIA

André Luiz Backes - Presidente
Valmor André Konzen - CEO
Juarez de Jesus Nepumoceno - Diretor de Supply Chain
Juliemara Stoll Andraschko - Diretora de Vendas
Jarbas Jadier Schoenherr - Diretor Industrial

Julia C. Hagemann Backes - Diretora Head de Produtos
André Luiz Backes Filho - Diretor Head de Finanças
Caio Ozil Kohn - Diretor de Comércio Exterior
Michelli de Andrade Bassani - Diretora de Compras

CONTADOR

Cintia Coleraux
 Contadora - CRC/RS 94.203/O
 CPF 008.072.660-78

Conecte sua marca a quem decide.

Amplie sua *visibilidade* e alcance líderes de opinião com a força da multiplataforma do JC.



Acesse o QR Code e anuncie

Jornal do Comércio
 O jornal de economia e negócios do RS



Baixe o App:



Siga nossas redes sociais:



ECORE BRASIL S.A.**Relatório da Administração**

CNPJ 43.421.955/0001-25 - NIRE 43300067289

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, temos a satisfação de submeter à apreciação de V. Sas., as Demonstrações Financeiras relativas ao período encerrado em 31 de dezembro de 2025, ficando desde já a disposição para quaisquer esclarecimentos julgados necessários. O relatório, juntamente com parecer do auditor independente encontra-se a disposição dos acionistas na sede da empresa.

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro - Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
ATIVO					PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Caixa e equivalentes de caixa	122	268	38.749	22.436	Fornecedores	-	-	31.504	20.429
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	9	195	Instrumentos financeiros derivativos	-	-	118	2.915
Contas a receber	-	-	55.509	73.113	Obrigações sociais e trabalhistas	-	-	29.077	36.853
Estoques	-	-	1.944	403	Impostos a recolher	40	87	10.084	12.431
Tributos a recuperar	109	158	4.703	2.166	Provisões	22	14	33.468	34.697
Outros ativos	-	-	32.232	7.499	Adiantamento de clientes	-	-	19.263	9.903
(=) Total do ativo circulante	231	426	133.146	105.812	Receita diferida	-	-	2.706	1.123
Depósitos judiciais	-	-	5.586	5.586	Partes relacionadas	-	-	20.100	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	12.661	14.550	Outros passivos	636	-	755	229
Outros ativos	-	-	10.734	398	(=) Total do passivo circulante	698	101	147.075	118.580
			28.981	20.534	Adiantamento de clientes	-	-	12.257	-
Investimentos	13.028	20.333	-	-	Outros passivos	-	-	8.630	7.527
Imobilizado	-	-	4.733	7.600	(=) Total do passivo não circulante	8.630	19.784	15.898	15.898
Intangível	-	-	12.560	12.560	Capital Social	3.500	3.500	3.500	3.500
			17.293	20.160	Reservas de Lucro	993	757	993	757
(=) Total do ativo não circulante	13.028	20.333	46.274	40.694	Reserva de Capital	3.396	3.063	3.396	3.063
Total do Ativo	13.259	20.759	179.420	146.506	Ajuste de avaliação patrimonial	4.689	4.725	4.689	4.725
					(-) Ações em Tesouraria	(17)	(17)	(17)	(17)
					(=) Total Patrimônio Líquido	12.561	12.028	12.561	12.028
					Total do Passivo e Patrimônio Líquido	13.259	20.759	179.420	146.506

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais

	Reserva de capital		Ajuste de Avaliação patrimonial	Ações em Tesouraria (18)	Reserva de lucros		Patrimônio Líquido
	Capital Social	Ágio na venda de ações próprias			Plano de Opções	Reserva Legal	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	3.500	1.551	-	2.800	700	3.204	11.737
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	55.848	55.848
Juros Sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	(349)	(349)
Distribuição de Lucros	-	-	-	-	-	(3.147)	(58.646)
Plano de opções	-	594	918	-	-	-	1.512
Venda de ações em Tesouraria	-	-	-	1	-	-	1
Ajuste de Avaliação Patrimonial - Hedge	-	-	-	(1.619)	-	-	(1.619)
Ajuste Conversão Controlada no Exterior	-	-	-	3.544	-	-	3.544
Saldo em 31 de dezembro de 2023	3.500	2.145	918	4.725	700	57	12.028
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	63.672	63.672
Juros Sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	(378)	(378)
Distribuição de Lucros	-	-	-	-	-	(57)	(63.001)
Reserva de lucros	-	-	-	-	-	293	(293)
Plano de opções	-	271	62	-	-	-	333
Venda de ações em Tesouraria	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial - Hedge	-	-	-	1.619	-	-	1.619
Ajuste Conversão Controlada no Exterior	-	-	-	(1.655)	-	-	(1.655)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	3.500	2.416	980	4.689	700	293	12.561

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Informações Gerais: A Ecore Brasil S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, com Estatuto e assembleia de constituição datados de 12 de agosto de 2021 e efetivo registro e constituição em 6 de setembro de 2021. A Companhia tem por objeto social a participação como sócia, acionista ou quotista, em outras sociedades (holding não-financeira). A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 17 de abril de 2026.

2. Resumo das principais políticas contábeis: As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados. **2.1. Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico como critério de mensuração, exceto para determinados ativos e passivos financeiros, incluindo instrumentos derivativos, que são mensurados ao valor justo. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na NE 3. **(a) Demonstrações financeiras individuais:** As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas. **(b) Demonstrações financeiras consolidadas:** As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). **2.2. Consolidação:** (a) **Controladas:** Controladas são todas as entidades (inclusive entidades de propósito específico) cujas políticas financeiras e operacionais podem ser conduzidas pela Companhia para se beneficiar de suas atividades, geralmente com uma participação acionária de mais da metade dos direitos de voto. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle cessa. As operações, bem como seus saldos, e os ganhos realizados nas operações entre a Companhia e suas controladas foram eliminados. As perdas não realizadas, bem como as realizadas entre a Companhia e suas controladas são também eliminadas, exceto no caso de perda do valor recuperável, quando então, devem ser reconhecidas nas demonstrações financeiras consolidadas. As políticas contábeis das controladas foram ajustadas, quando necessário, para assegurar uniformidade com as políticas contábeis adotadas pela Companhia. **2.3. Conversão de moeda estrangeira:** (a) **Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). A moeda funcional da Companhia é o Real e, para fins de apresentação, as demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais. **(b) Operações e saldos:** As operações com moedas estrangeiras são convertidas na moeda funcional com base nas taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão dos ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, pelas taxas de câmbio do final do exercício e são reconhecidos na demonstração do resultado, na rubrica de receitas e despesas financeiras. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos e caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. **2.4. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até doze meses (com risco insignificante de mudança de valor). **2.5. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes são reconhecidas pelo valor da transação, menos a provisão para créditos de realização duvidosa. A provisão para créditos de realização duvidosa é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber. **2.6. Imobilizado:** Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação e de qualquer provisão para perda por valor não recuperável de ativo. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração, excluindo custos de financiamentos. As estimativas de vidas úteis estão demonstradas conforme segue: • Móveis e utensílios - 10 anos. • Máquinas e equipamentos - 5 anos. Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados quando existe uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas e despesas, líquidos" na demonstração do resultado. **2.7. Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor justo.

2.8. Reconhecimento da receita: A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela venda de licenças e venda de serviços no curso normal das atividades da Companhia e suas controladas. A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos. Geralmente, o montante de receitas brutas é equivalente ao valor das notas fiscais emitidas. A Companhia e suas controladas reconhecem a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e (iii) critérios específicos tenham sido atendidos para cada uma das atividades, conforme descrição a seguir: **(a) Tipo de receita 1 - Prestação de serviços mercados interno e externo:** A Companhia e suas controladas prestam serviços de análise e desenvolvimento de sistemas, assessoria, consultoria e treinamento em informática, suporte técnico em informática, inclusive, instalação, configuração e manutenção de programas de computação e banco de dados, planejamento e manutenção, reconhecidas a partir da prestação dos serviços aos clientes. **(b) Tipo de receita 2 - Venda de licenças mercado interno e externo:** Refere-se a receita de licenças de software (licenciamento) e distribuição de programas de computador com comercialização em massa, reconhecidas na entrega das licenças ao cliente, o qual fará uso delas. **(c) Receita financeira:** A receita financeira é reconhecida com base no método da taxa de juros efetiva. **2.9. Ajuste de avaliação patrimonial:** O saldo corresponde ao ganho/perda na conversão da equivalência patrimonial do investimento refere-se à participação nas empresas Ecore IT Solutions, LLC e Ecore Soluciones en Tl.S. de R.L. de C.V. Parte do saldo também é impactada pelo hedge forecast, no qual a Companhia adota estratégias para proteger sua receita futura contra a oscilação do dólar. As variações no valor justo dos instrumentos de hedge são registradas temporariamente na conta Ajuste de Avaliação Patrimonial e transferidas para o resultado à medida que a receita protegida é reconhecida. **2.10. Receita diferida:** A receita diferida representa a obrigação da Companhia e suas controladas perante os clientes, referente a serviços que ainda não prestou. Tal obrigação é registrada no passivo e a apropriação no resultado é realizada à medida que os serviços são prestados ao cliente. **2.11. Plano de Outorga baseado em opções de ações:** Em 30 de agosto de 2021, através da Assembleia Geral Extraordinária (AGE), a Companhia aprovou a criação do Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações, que tem como objetivo a outorga de opções de compra de ações preferenciais nominativas, sem valor nominal e sem direito a voto, de emissão da Companhia, a determinados beneficiários. Maiores detalhes na Nota 24.7.

3. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras:**3.1. Caixa e equivalente de caixa:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e equivalente de caixa	-	-	1	1
Conta Corrente	-	-	17.168	2.588
Aplicações Financeiras	122	268	21.580	19.847
Total	122	268	38.749	22.436

As aplicações financeiras de curto prazo correspondem a CDBs realizados com instituições que operam no mercado financeiro nacional e contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez (inferior a 90 dias), baixo risco de crédito e remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI). Ao longo de 2025 os percentuais foram entre 82% a 100% do CDI e em 2024 os percentuais variaram entre 99% e 101% do CDI.

4. Contas a Receber:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Contas a Receber	-	-	29.280	32.241
Contas a receber - Mercado Interno	-	-	27.249	42.722
Contas a receber - Mercado Externo	-	-	(1.020)	(1.830)
Provisão p/ crédito de liq./duvidosa	-	-	55.509	73.113
Total	-	-	10.084	12.431

5. Imobilizado e Intangível:

	2025			2024		
	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Total	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Total
Custo						
Em 1º de janeiro	338	17.977	18.315	339	19.638	19.977
Adições	9	506	515	1	570	571
Baixas	(16)	(1.255)	(1.271)	(2)	(2.231)	(2.233)
Em 31 de dezembro	331	17.228	17.559	338	17.977	18.315
Deprec. e Impairment						
Acumulado						
Em 1º de janeiro	(246)	(10.469)	(10.715)	(214)	(8.913)	(9.127)
Depreciação anual	(29)	(3.255)	(3.284)	(33)	(3.500)	(3.533)
Depreciação itens baixados	15	1.158	1.173	1	1.944	1.945
Em 31 de dezembro	(260)	(12.566)	(12.826)	(246)	(10.469)	(10.715)
Valor contábil						
Em 1º de janeiro	92	7.508	7.600	125	10.725	10.850
Em 31 de dezembro	71	4.662	4.733	92	7.508	7.600

6. Fornecedores:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores	-	-	2.486	2.220
Fornecedores - Mercado Interno	-	-	28.886	17.648
Fornecedores - Mercado Externo	-	-	132	561
Cartão de crédito	-	-	31.504	20.429

Demonstração do Resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita de vendas de licenças e serviços	-	-	556.690	555.170
Custo das vendas de licenças e serviços	-	-	(381.142)	(372.301)
(=) Lucro Bruto	(390)	(2.552)	175.548	182.869
Despesas gerais e administrativas	64.077	58.457	(75.561)	(82.188)
Equivalência patrimonial	(63)	(71)	14.071	(10.627)
Outras receitas e despesas líquidas	63.624	55.834	114.058	90.054
(=) Lucro Operacional	49	15	31.747	14.518
Despesas financeiras	(1)	(1)	(49.915)	(17.327)
(=) Lucro antes do IR e da contribuição social	63.672	55.848	95.890	87.245
IRPJ/CSLL Correntes	-	-	(31.164)	(36.320)
IRPJ/CSLL Diferidos	-	-	(1.054)	4.923
(=) Lucro líquido do exercício	63.672	55.848	63.672	55.848
Quantidade de ações	4.200	4.200	4.200	4.200

Lucro por ação das operações atribuível aos acionistas da Companhia durante o exercício (expresso em R\$ por ação)

Lucro básico por ação (R\$)

Lucro diluído por ação (R\$)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado Abrangente**Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Lucro Líquido do Exercício	63.672	55.848	63.672	55.848
Outros componentes do resultado abrangente				
do exercício, líquido	4.689	4.725	4.689	4.725
Varição cambial de investida no exterior	3.070	6.344	3.070	6.344
Hedge de fluxo de caixa em controlada, líquido de imposto	2.453	(2.453)	2.453	(2.453)
Imp. relac. c/result. do hedge de fluxo de caixa	(834)	834	(834)	834
Total do Resultado Abrangente do Exercício	68.361	60.573	68.361	60.573

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos Fluxos de Caixa**Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
(=) Lucro líquido do exercício	63.672	55.848	63.672	55.848
Ajustes por:	(64.077)	(58.457)	2.327	4.335
Depreciações e amortizações	-	-	3.284	3.530
Receita/(Despesa) financeira	-	-	1.652	151
Baixa de ativo imobilizado	-			

Tecon Rio Grande S.A.

CNPJ nº 01.640.625/0001-80 - NIRE nº 43300035182

Demonstrações do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)		
	31/12/2025	31/12/2024
Ativo		
Ativo circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	25.865	34.289
Contas a receber de clientes	51.436	58.417
Contas a receber de partes relacionadas	7.552	-
Estoques	9.487	7.180
Outros impostos a recuperar	4.663	4.744
Adiantamento a fornecedores	459	585
Derivativos	-	3.148
Indenização de seguros a receber	4.509	3.301
Outros ativos circulantes	7.545	7.598
Total do ativo circulante	111.516	119.262
Ativo não circulante		
Depósitos judiciais	1.217	1.681
Mútuo a receber	14.176	-
Outros impostos a recuperar	300	5.240
	15.693	6.921
Imobilizado	535.744	346.180
Direito de uso	278.500	276.337
Intangível	16.740	14.485
Total do ativo não circulante	846.677	643.923
Total do ativo	958.193	763.185
Passivo e patrimônio líquido		
Passivo		
Fornecedores	30.972	13.304
Empréstimos e financiamentos	126.484	73.217
Passivos de arrendamento	31.804	30.364
Contas a pagar de partes relacionadas	4.312	-
Salários, provisões e contribuições sociais	18.878	16.623
Dividendos a pagar	53.312	-
Imposto de renda e contribuição social a recolher	26.177	5.555
Impostos a recolher	8.953	7.827
Derivativos	7.764	-
Outros passivos circulantes	10.983	9.702
Total do passivo circulante	319.639	156.592
Contas a pagar de partes relacionadas	-	3.265
Empréstimos e financiamentos	-	28.092
Passivos de arrendamento	293.138	284.781
Imposto de renda e contribuição social diferidos	34.405	36.713
Provisão para riscos trabalhistas, tributários, cíveis e ambientais	5.787	6.129
Benefício pós-emprego	2.541	1.085
Total do passivo não circulante	335.871	360.065
Total do passivo	655.510	516.657
Patrimônio líquido		
Capital social	44.265	44.265
Reservas de capital	7.371	7.371
Reservas de lucros	186.435	124.952
Outros resultados abrangentes	64.612	69.940
Total do patrimônio líquido	302.683	246.528
Total do passivo e patrimônio líquido	958.193	763.185

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional. O Tecon Rio Grande S.A. ("Companhia") com sede na cidade do Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul foi constituído em 13 de janeiro de 1997 como Companhia de propósito específico para o arrendamento, ampliação e exploração do Terminal de Contêineres do Porto do Rio Grande durante 25 anos prorrogáveis por mais 25 anos, conforme Contrato de Arrendamento firmado junto à Portos RS (sucessora da Superintendência do Porto de Rio Grande), que possui delegação para exploração do porto. Em 7 de março de 2006, o terminal celebrou o primeiro termo aditivo ao contrato de arrendamento, prorrogando o prazo do contrato por mais 25 anos, até fevereiro de 2047. Dentre os compromissos previstos no Contrato de Arrendamento e seu Termo Aditivo, destacam-se os seguintes: • Pagamento mensal pelas instalações e áreas arrendadas; • Pagamento por contêiner movimentado, havendo um compromisso por movimentação mínima contratual (MMC); • Pagamento por tonelada na movimentação de carga e descarga de carga geral. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras.** As demonstrações financeiras individuais ("demonstrações financeiras") foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as normas contábeis internacionais ("IFRS Accounting Standards") emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, considerando os documentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). Todas as declarações relevantes às demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na gestão das atividades da Companhia. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir (i) a mensuração ao valor justo de certos ativos e passivos financeiros (incluindo instrumentos derivativos); e (ii) perdas por redução ao valor recuperável de ativos ("impairment"). Essas demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas pela Diretoria em 22 de abril de 2026. **2.1. Julgamentos contábeis críticos e principais fontes de incerteza das estimativas.** A preparação das demonstrações financeiras exige o uso de estimativas e julgamentos para certas operações que refletem o reconhecimento e a mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e em outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela administração. Os resultados reais podem diferir dos valores estimados. As estimativas e julgamentos materiais aplicados pela Companhia na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas nas notas explicativas a seguir:

Nota Julgamentos contábeis críticos e principais fontes de incerteza das estimativas

- 4 Provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa – Estimativa
- 5 Perda por redução ao valor recuperável (impairment) das unidades geradoras de caixa – Julgamento e estimativa
- 10 Realização de impostos diferidos – Estimativa
- 11 Provisão para riscos tributários, trabalhistas, cíveis e ambientais – Julgamento e estimativa
- 18 Benefícios a funcionários – Estimativa
- 20 Instrumentos financeiros – Estimativa

2.2. Novas normas adotadas em 1 de janeiro de 2025. As alterações em normas e interpretações emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e referendadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), com vigência obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2025, foram avaliadas pela Administração. A Companhia concluiu que a adoção dessas atualizações não produziu efeitos materiais em suas demonstrações financeiras, uma vez que as práticas contábeis vigentes já estavam substancialmente alinhadas aos novos requisitos. • Alterações ao IAS 21 / CPC 02 – Falta de Conversibilidade: Esta alteração estabelece critérios para avaliar se uma moeda é conversível em outra e define a metodologia para determinar a taxa de câmbio a ser utilizada quando a conversibilidade plena não está disponível. **2.3. Normas emitidas, mas que ainda não estão vigentes.** Abaixo, destacamos os pronunciamentos e alterações emitidos pelo IASB/CPC que possuem aplicação futura. A Companhia não optou pela adoção antecipada e está em processo de avaliação dos impactos potenciais:

Norma	Descrição	Data da vigência
Melhorias anuais às IFRS – Volume 11	Clarificações textuais e correções de conflitos menores entre diferentes normas IFRS.	Janeiro de 2026
Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros – Alterações às CPC 48/IFRS 9	Novas diretrizes sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros com características contingentes. Substitui a estrutura de apresentação das demonstrações financeiras, introduzindo novas subtotações na DRE para melhor comparabilidade.	Janeiro de 2026
Demonstrações Financeiras Consolidadas (IFRS 18 / CPC 26)	Simplificação de divulgações para subsidiárias elegíveis que não possuem obrigação pública de prestação de contas.	Janeiro de 2027

2.4. Moeda funcional das demonstrações financeiras. A moeda funcional da Companhia é determinada como a moeda do cenário econômico primário em que opera. Observando esses aspectos, a administração definiu como moeda funcional da Companhia o Real, já que esta é a moeda que melhor reflete o ambiente econômico no qual a Companhia está inserida. Transações em outras moedas, que não a moeda funcional da entidade (moeda estrangeira), são convertidas pela taxa de câmbio corrente da data da transação. Ao final de cada período de divulgação, ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras são convertidos pela taxa de câmbio do respectivo período. **3. Caixa e equivalentes de caixa.** **3.1. Política contábil.** Caixa e equivalentes de caixa compreendem valores em caixa, contas bancárias e aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez imediatamente convertíveis a valores conhecidos de caixa e sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. **4. Contas a receber de clientes.** **4.1. Política contábil.** As contas a receber de clientes representam o valor a receber pelos serviços prestados pela Companhia. Esses valores são reconhecidos pelo valor justo e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado usando o método de taxa de juros efetiva. Os valores a receber pela Companhia são normalmente pagos em média em 23 dias. Em atendimento ao item 34 do CPC 22 – *Informações por segmento*, a Companhia divulga os clientes que representam mais de 10% das receitas ou contas a receber da Companhia. As empresas que representam 10% ou

Relatório da Diretoria

Prezados Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, temos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. um quadro resumo das demonstrações financeiras relativas aos exercícios findos em 31/12/2025 e 31/12/2024, a versão completa das mesmas, incluindo o parecer dos auditores independentes, encontra-se disponível para consulta no site <https://www.jornaldocomercio.com/publicidade-legal/>, na sede administrativa da Companhia, na Av. Almirante Maximiano da Fonseca, 201 4º Seção da Barra, Rio Grande - RS CEP: 96204-040, ou na sede administrativa do Grupo, na Praia de Botafogo, 186 - 4º andar - Rio de Janeiro, RJ. Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julguem necessários.

Porto Alegre, 23/04/2026.

A Diretoria,
Diretoria: Paulo Roberto Telesca Bertinetti.
Contadora: Kelly Cristiny Calazans de Oliveira CRC-RJ 125861/04.

Demonstrações do resultado em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2025	31/12/2024
Receita	690.402	593.288
Custo dos serviços	(240.260)	(206.772)
Lucro bruto	450.142	386.516
Receitas (despesas) operacionais	(97.074)	(81.637)
Despesas de vendas	(3.912)	(4.285)
Despesas gerais e administrativas	(60.532)	(48.053)
Outras receitas (despesas) operacionais	(32.630)	(29.299)
Lucro antes do resultado financeiro	353.068	304.879
Resultado financeiro	(32.687)	(34.669)
Receitas financeiras	13.299	7.405
Despesas financeiras	(45.986)	(42.074)
Lucro antes dos impostos	320.381	270.210
Imposto de renda e contribuição social	(104.980)	(89.157)
Impostos correntes	(107.288)	(91.163)
Impostos diferidos	2.308	2.006
Lucro líquido do exercício	215.401	181.053

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	215.401	181.053
Itens que nunca afetarão o resultado, líquido dos efeitos dos impostos:	55	421
Benefício pós-emprego	55	421
Itens que são ou podem ser reclassificados para o resultado, líquido dos efeitos dos impostos:	(5.383)	1.480
Swap da dívida	(5.383)	1.480
Resultado abrangente do exercício	210.073	182.954

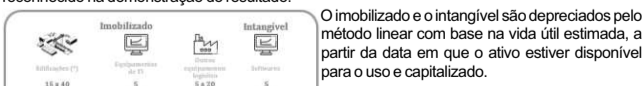
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Reservas					Opções de ações	Benefício pós-emprego	Ajuste de avaliação patrimonial	Ajuste acumulado de conversão	Lucros acumulados	Patrimônio atribuível aos controladores
	Capital social	de legal	de capital	de estatutária	de lucros						
31 de dezembro de 2023	44.265	8.853	7.371	49.025	12.316	2.105	-	-	68.027	-	191.974
Total do resultado abrangente	-	-	-	-	-	-	421	1.480	-	181.053	182.954
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	181.053	181.053
Swap da dívida	-	-	-	-	-	-	-	1.480	-	-	1.480
Benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-	-	421	-	-	-	421
Saldos de opções sobre ações vendidas e exercidas	-	-	-	-	-	(2.105)	-	-	-	-	-
Destinação do lucro:	-	-	-	50.844	1.809	-	-	-	-	(181.053)	(128.400)
Constituição de reserva estatutária	-	-	-	-	1.809	-	-	-	-	(1.809)	-
Dividendos pagos	-	-	-	(49.025)	-	-	-	-	-	(79.375)	(128.400)
Retenção de lucros	-	-	-	99.869	-	-	-	-	-	(99.869)	-
31 de dezembro de 2024	44.265	8.853	7.371	101.974	14.125	-	433	1.480	68.027	-	246.528
Total do resultado abrangente	-	-	-	-	-	-	55	(5.383)	-	215.401	210.073
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	215.401	215.401
Swap da dívida	-	-	-	-	-	-	-	(5.383)	-	-	(5.383)
Benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-	-	55	-	-	-	55
Destinação do lucro:	-	-	-	59.329	2.154	-	-	-	-	(215.401)	(153.918)
Constituição de reserva estatutária	-	-	-	-	2.154	-	-	-	-	(2.154)	-
Dividendos pagos	-	-	-	(100.606)	-	-	-	-	-	-	(100.606)
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(53.312)	(53.312)
Retenção de lucros	-	-	-	159.935	-	-	-	-	-	(159.935)	-
31 de dezembro de 2025	44.265	8.853	7.371	161.903	16.279	-	488	(3.903)	68.027	-	302.683

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

mais da carteira de clientes da Companhia são: o Grupo Maersk, com 14% e a Hapag-Lloyd, com 10% em 31 de dezembro de 2025. Em 31 de dezembro de 2024, o Grupo Maersk e o Grupo MSC representavam, em conjunto, 16% do saldo de contas a receber da Companhia. Não há outros ativos e passivos contratuais reconhecidos no período apresentado. **4.2. Julgamentos contábeis críticos e principais fontes de incerteza das estimativas.** A Companhia utiliza uma matriz simplificada do CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos Financeiros - para calcular as perdas esperadas de crédito ("ECLs") para contas a receber de clientes. As taxas de provisão são baseadas em dias de atraso para agrupamentos de vários segmentos de clientes que possuem padrões de perda semelhantes. A matriz de provisão é inicialmente baseada nas taxas de default históricas observadas pela Companhia. A Companhia, quando apropriado, ajusta a matriz de modo a adequá-la à experiência histórica de perda de crédito com informações prospectivas. As ECLs são revertidas quando os valores a receber de clientes são recebidos ou renegociados. Em média, a taxa de ECLs prevista para itens provisionados da Companhia foi de 1,4% para 31 de dezembro de 2025 e 1,5% para 31 de dezembro de 2024. **5. Teste de recuperabilidade das unidades geradoras de caixa.** **5.1. Política contábil:** Os ativos não financeiros (excluindo estoques e ativos fiscais diferidos) são avaliados para uma verificação de perda por redução ao valor recuperável ("impairment") sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado quando o valor contábil do ativo exceder seu valor recuperável comparado com o valor em uso do ativo. Ativos que possuem vida útil indefinida, como o ágio, não são amortizados e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa ("UGC") exceder seu valor recuperável. Uma vez reconhecida, a redução ao valor recuperável do ágio não será revertida. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados no nível mais baixo onde houver UGCs separadamente. Para fins desse teste, o ágio é alocado à UGC ou grupos de UGCs que devem se beneficiar da combinação de negócios de onde o ágio se originou e são identificados de acordo com seu segmento. Ativos não financeiros (excluindo o ágio) para os quais a Companhia reconheceu *impairment* em exercícios anteriores são reavaliados se eventos ou circunstâncias indicarem que o *impairment* não se aplica mais. Nesses casos, uma reversão de *impairment* será reconhecida. **5.2. Julgamentos contábeis críticos e principais fontes de incerteza das estimativas.** Julgamentos, estimativas e premissas relevantes são necessários para determinar a existência de evidência objetiva de *impairment* e na preparação dos fluxos de caixa da Companhia. A administração usa os orçamentos operacionais aprovados e dados históricos e prospectivos como ponto de partida e as principais premissas são, mas não estão limitadas a (i) receitas mensuradas por especialistas internos; (ii) custos, despesas e investimentos com base no conhecimento da melhor estimativa do desempenho passado; (iii) preços de venda consistentes com as projeções disponíveis nos relatórios internos ou publicados pela indústria, quando disponíveis; e (iv) taxas de desconto com base no custo médio ponderado de capital ("WACC"). Essas premissas estão sujeitas a riscos e incertezas e podem mudar as projeções da Companhia e, portanto, afetar o valor recuperável dos ativos. **6. Imobilizado e intangível.** **6.1. Política contábil.** Imobilizado e intangível com vidas úteis finitas são registrados pelo custo de aquisição ou de construção menos a depreciação acumulada e qualquer perda por redução ao valor recuperável, e o gasto subsequente é capitalizado somente quando é provável que os benefícios econômicos futuros associados à despesa fluam para a Companhia. O ágio da aquisição de um negócio é registrado pelo custo na data de aquisição do negócio menos as perdas acumuladas por *impairment*. Um item do imobilizado e intangível é baixado por ocasião de alienação ou quando não se espera benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. O ganho ou a perda resultante da alienação ou retirada de um item do imobilizado e intangível é determinado como sendo a diferença entre os ganhos na alienação, se aplicável, e o valor contábil do ativo e é reconhecido na demonstração do resultado.



(*) menor período entre o prazo do aluguel e a vida útil do ativo subjacente. O ágio apresentado no intangível é referente ao ágio pago (expectativa rentabilidade futura) pelas suas ex-controladoras WS TRG Projeto Portuários e WVP Participações Ltda, na aquisição do Tecon RG. Tecon RG incorporou suas ex-controladoras. Detalhes sobre o teste de *impairment* estão disponíveis na nota 5. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Companhia possuía ativos intangíveis com vida útil indefinida, referentes a marcas e ágio. **7. Direito de uso.** **7.1. Política contábil.** A Companhia reconhece um ativo de direito de uso correspondente ao arrendamento pelo valor de custo na data inicial do contrato que seja ou contenha um arrendamento, e posteriormente deprecia esses ativos

Demonstrações dos fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	320.381	270.210
Ajustes por:	85.968	73.949
Depreciação e amortização	38.822	30.889
Depreciação do direito de uso	13.579	12.947
Ganho na venda de ativo imobilizado	(103)	1.006
Provisão para perdas de crédito esperadas	(170)	(4.951)
Provisão para riscos tributários, trabalhistas, cíveis e ambientais	(342)	(740)
Provisão (reversão) de estoque obsoleto	(16)	(35)
Resultado financeiro	32.687	34.669
Benefício pós-emprego	1.511	164
(Aumento) redução no ativo	(4.886)	1.712
Contas a receber clientes	7.151	(15.067)
Estoques	(2.291)	(367)
Impostos a recuperar	(1.629)	16.583
Depósitos judiciais	464	97
Contas a receber com partes relacionadas	(7.552)	273
Outros ativos operacionais	(1.029)	193
Aumento (redução) no passivo	(91.930)	(118.981)
Fornecedores	17.668	642
Salários, provisões e encargos sociais	2.255	1.845
Impostos a recolher	1.126	6.024
Juros pagos sobre arrendamentos	(27.496)	(26.693)
Juros pagos sobre financiamentos	(6.744)	(15.554)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(81.067)	(89.289)
Contas a pagar com partes relacionadas	1.047	596
Outros passivos operacionais	1.281	3.448
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	309.533	226.890
Fluxo de caixa usado nas atividades de investimentos	(217.231)	(56.931)
Receitas financeiras e juros recebidos	7.773	4.741
Adições ao imobilizado e intangível	(225.161)	(62.082)
Venda de imobilizado e intangível	157	410
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(217.231)	(56.931)
Fluxo de caixa usado nas atividades de financiamento	(100.726)	(162.727)
Captação de financiamentos - terceiros	50.000	26.000
Amortização de financiamentos - terceiros	(30.000)	(55.000)
Pagamentos de arrendamento	(5.944)	(5.327)
Mútuos a receber	(14.176)	-
Dividendos pagos	(100.6	

Tecon Rio Grande S.A.

CNPJ nº 01.640.625/0001-80 - NIRE nº 43300035182

res legais internos e externos e no julgamento da administração, e reconhece uma provisão no momento em que a obrigação for considerada provável e para a qual uma estimativa confiável pode ser feita. A contrapartida do passivo é registrada como despesa na demonstração de resultados. Essa obrigação é ajustada com base na evolução do processo judicial e/ou nos encargos financeiros incorridos e pode ser revertida se a estimativa de perda não for mais considerada provável devido a alterações nas circunstâncias ou quando a obrigação é liquidada. A administração não pode indicar quando as provisões podem ser utilizadas, uma vez que a maioria delas envolve litígios e cujo período da resolução é altamente incerto. Os ativos contingentes são divulgados quando os benefícios econômicos relacionados são prováveis e são reconhecidos nas demonstrações financeiras apenas no período em que sua realização é praticamente certa. **10.2. Julgamentos contábeis críticos e principais fontes de incerteza das estimativas.** Os processos judiciais são contingentes por natureza, ou seja, são resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou não. Normalmente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e essas incertezas envolvem o uso de estimativas e julgamentos significativos por parte da administração com relação aos resultados potenciais dos eventos futuros. Arbitragem, decisões judiciais e administrativas em processos contra a Companhia, nova jurisprudência e alterações no conjunto de provas existentes podem resultar em mudança na probabilidade de desembolsos e suas mensurações, mesmo sendo processos judiciais de circunstâncias semelhantes. **11. Patrimônio líquido. 11.1. Política contábil. Reserva estatutária.** De acordo com o Estatuto Social da Companhia, constituiu-se reserva de 1% do lucro líquido do exercício até o limite de 50% do capital social, destinada para restituição de capital dos acionistas nos casos de extinção do arrendamento do terminal outorgado à Companhia. Em 2025 a Companhia constituiu R\$2,1 milhão (31 de dezembro de 2024: R\$1,8 milhão) de reserva estatutária conforme definido em seu estatuto. **Reserva de lucros.** A administração está propondo a destinação dos lucros remanescentes de R\$159,9 milhões em 2025 (31 de dezembro de 2024: R\$99,9 milhões), nos termos do artigo 196 da Lei 6.404/76, após o cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios, para a reserva de investimentos baseada nos orçamentos de capital da Companhia, devido a sua situação financeira e seus compromissos assumidos. O saldo de reservas de lucros da Companhia excedeu o seu capital social. De acordo com o artigo 199 da Lei nº 6.404/76 (alterada), atingindo esse limite, a assembleia deliberará sobre a aplicação do excesso. **Reserva legal.** De acordo com o Art. 193 da Lei das Companhias por ações, essa reserva é constituída à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir o limite de 20% do capital social realizado. A Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder de 30% do capital social. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital social ou para compensar prejuízos acumulados. A Companhia não constituiu reserva legal nos anos de 2025 e 2024. **Remuneração aos acionistas.** A remuneração aos acionistas pode ocorrer na forma de dividendos e juros sobre o capital próprio. Essa remuneração é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia, de acordo com seu Contrato Social. Qualquer valor acima da remuneração mínima obrigatória aprovada no Contrato Social somente será reconhecido no passivo circulante na data de sua aprovação pelos acionistas. **Dividendos obrigatórios.** De acordo com o Estatuto Social da Companhia, no mínimo 25% do lucro líquido ajustado do ano corrente será declarado pelo conselho administrativo como dividendos a serem distribuídos aos membros antes da próxima assembleia geral anual, nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76. O Estatuto Social da Companhia determina que os dividendos serão obrigatórios a menos que o conselho considerar que o pagamento de tais dividendos não será do interesse da Companhia. Os dividendos finais estão sujeitos à aprovação pelos acionistas na assembleia geral anual. **Juros sobre o capital próprio.** O cálculo se baseia nos valores do patrimônio líquido e na taxa de juros aplicada, que não pode exceder a Taxa de Juros de Longo Prazo ("TJLP") determinada pelo Banco Central do Brasil. Além disso, os juros não podem exceder 50% do lucro líquido do exercício ou 50% dos lucros acumulados mais as reservas de lucro, conforme determinado pela lei societária brasileira. O benefício da Companhia, diferente do pagamento de dividendos, é uma redução nos encargos do imposto de renda, uma vez que as despesas de juros são dedutíveis no Brasil. Sobre a parte da remuneração referente aos juros sobre o capital próprio, a Companhia retém 15% do imposto de renda em nome dos acionistas. De acordo com a legislação brasileira, os juros sobre o capital próprio são considerados parte do dividendo anual mínimo. Essa distribuição de juros sobre o capital próprio é tratada para efeitos contábeis como uma dedução do patrimônio líquido de forma similar ao dividendo e ao crédito fiscal registrado no resultado. **12. Receita. 12.1. Política contábil. Receita operacional.** A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação de serviços prestados no curso normal do negócio da Companhia, líquida de descontos e outros impostos sobre venda e é reconhecida quando o controle do produto ou serviço é transferido ao cliente. **Obrigação de desempenho.** As principais fontes das obrigações de desempenho da Companhia e os momentos em que elas são reconhecidas na demonstração de resultados estão demonstrados abaixo:

Obrigação de desempenho	Quando a obrigação de desempenho é tipicamente satisfeita
Terminais portuários	
Movimentação de contêineres	Em um momento específico no tempo
Armazenagem	Em um momento específico no tempo
Serviços auxiliares	Em um momento específico no tempo
Outros serviços	Em um momento específico no tempo

A maioria das obrigações de desempenho da Companhia são atingidas em um momento específico do tempo na entrega do serviço e o pagamento é geralmente feito em até 24 dias após o serviço ser concluído. **12.2. Saldo do contrato.** O valor contábil do contas a receber operacional no final do período era de R\$51,4 milhões (31 de dezembro de 2024: R\$58,4 milhões). Esses valores incluem R\$10,5 milhões (31 de dezembro de 2024: R\$24,9 milhões) de ativos contratuais (contas a receber não faturados). Os detalhes estão divulgados na nota 4. **13. Benefícios a empregados. 13.1. Política contábil. Benefícios de curto prazo a empregados – salários, férias e encargos.** Os pagamentos de benefícios de curto prazo a empregados como salários ou férias e os respectivos encargos são mensalmente reconhecidos na demonstração de resultados pelo regime de competência. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago se a Companhia tiver uma obrigação legal presente ou constituída de pagar esse valor em função do serviço já prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada com segurança. **Benefícios de curto prazo a empregados**

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas do Teccon Rio Grande S.A. Rio Grande – RS. Opinião. Examinamos as demonstrações financeiras do Teccon Rio Grande S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Teccon Rio Grande S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião.** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras.** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras.** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as

– programa de participação nos resultados. A Companhia adota o programa de participação nos lucros com base em contribuições de equipes e unidades de negócio e no desempenho geral da Companhia através de geração de caixa operacional. A Companhia cria uma provisão com base na mensuração periódica do cumprimento de suas metas e resultados, respeitando o regime de competência da obrigação presente resultante de um evento passado no valor estimado da saída de recursos no futuro. **Benefícios de longo prazo a empregados – plano de contribuição definida (previdência privada).** O objetivo do plano de previdência privada é permitir que o funcionário e a Companhia façam contribuições mensais para criar um fundo que será usado na aposentadoria, sendo a participação opcional. As obrigações desse benefício aos funcionários são reconhecidas como despesa quando o serviço é executado. **Benefícios de longo prazo a empregados – planos de saúde definidos (benefício pós-emprego).** A obrigação líquida da Companhia com relação a planos de saúde definidos é calculada separadamente para cada plano ao estimar o valor do benefício futuro que os funcionários receberão pelos serviços executados no período atual e em períodos anteriores. O benefício é descontado para determinar seu valor presente. O cálculo da obrigação do plano de saúde definido é feito anualmente por um atuário qualificado utilizando o método de crédito unitário projetado. As remensurações da obrigação líquida do plano de saúde, que incluem ganhos e perdas atuariais, são imediatamente reconhecidas em outros resultados abrangentes. Os juros líquidos e outras despesas relacionadas aos planos de saúde definidos são reconhecidas no resultado. **13.2. Estimativas e julgamentos contábeis críticos.** Benefícios de longo prazo a empregados – planos de saúde definidos (benefício pós-emprego). Os valores reconhecidos para os benefícios a funcionários dependem de vários fatores que são determinados com base em cálculos atuariais que utilizam diversas premissas para determinar os custos e os passivos. Uma das premissas utilizadas é a determinação e utilização da taxa de desconto. Quaisquer alterações nessas premissas afetam os registros contábeis feitos. A Companhia, junto com atuários externos, revisa no final de cada exercício as premissas que serão utilizadas para o próximo exercício. Essas premissas são utilizadas para determinar o valor justo das obrigações, os custos e despesas e os valores futuros estimados de saída de caixa. **14. Gestão de riscos. Gestão integrada de riscos.** A Companhia tem uma política de gerenciamento de riscos, onde essa política define uma série de conceitos, diretrizes e responsabilidades a fim de garantir a excelência da gestão integrada de riscos da Companhia. O propósito dessa política é garantir que possíveis impactos adversos e oportunidades sejam formalmente gerenciados, incorporando uma visão de riscos na tomada de decisões estratégicas, de acordo com as melhores práticas de mercado. A gestão de riscos financeiros está detalhada na nota 20. **Gestão de risco de capital.** A Companhia gerencia seu capital com o intuito de garantir que suas empresas continuem operando de forma a proporcionar o máximo de retorno aos seus acionistas por meio da otimização de sua estrutura de capital. A estrutura de capital da Companhia consiste em dívida de longo prazo e inclui empréstimos e passivos de arrendamento, caixa e equivalentes de caixa e capital próprio atribuído aos acionistas da Companhia, incluindo capital social, reservas e lucros acumulados divulgados nas demonstrações de mutação do patrimônio líquido. A Companhia capta empréstimos para financiar projetos de capital e utiliza o fluxo de caixa desses projetos para pagar as amortizações. O capital de giro é financiado através do caixa gerado pelas atividades operacionais. Não houve alteração relevante na política da Companhia com relação à gestão de capital no ano. **Risco de mudança climática.** A Companhia está exposta a riscos e oportunidades relacionados ao clima. As duas principais categorias de risco são risco de transição e risco físico. Riscos de transição são aqueles que se referem à transição para uma economia de baixo carbono e incluem riscos de política, riscos legais, riscos de tecnologia, riscos de mercado e riscos de reputação. Riscos físicos são aqueles que se referem aos impactos físicos de mudança climática que podem ser graves (aumento de frequência e gravidade de eventos climáticos) ou crônicos (devido a alterações de longo prazo nos padrões climáticos). A Companhia é mais afetada por riscos físicos através de sua exposição a alterações climáticas graves e crônicas. Entretanto, é importante considerar os riscos de transição e os riscos de litígio relacionados ao clima. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia avaliou riscos relativos à mudança climática, incluindo aqueles relativos a requisitos regulamentares existentes e emergentes, bem como outros riscos de transição e físicos. O processo de gestão de riscos climáticos da Companhia se baseia no monitoramento de emissões de gases de efeito estufa, marés e dados oceânicos, e alterações e impactos sofridos pelos clientes. Isso permitiu que a Companhia minimizasse riscos em potencial e identifique oportunidades, especialmente quanto à redução de suas emissões diretas, e continue adotando tecnologias de ponta para reduzir suas emissões de gases de efeito estufa. O Conselho está atento para entender que as principais iniciativas ambientais, sociais e de governança (ESG) da Empresa estão sendo desenvolvidas e/ou implementadas para reduzir os riscos inerentes ao clima e exposições associadas, como metas de emissões relacionadas ao clima para a Companhia. A Empresa continuará relatando suas divulgações TCFD (*Taskforce for Climate-related Financial Disclosures*), que impulsionaram uma abordagem mais focada na estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia para monitorar e gerenciar riscos relacionados ao clima. É ambição do Conselho garantir que esses riscos e oportunidades relacionadas sejam examinados em profundidade e em horizontes de tempo com uma discussão clara das implicações estratégicas e ações de mitigação. **15. Instrumentos financeiros. 25.1. Política contábil. Gestão de riscos financeiros.** A Companhia está sujeita a certos riscos financeiros, como risco de mercado, de liquidez e de crédito, que são gerenciados através de uma avaliação sistemática do risco que a Companhia e suas controladas estão sujeitas, levando em consideração condições atuais do mercado e projeções orçamentárias de resultados e investimentos a fim de garantir liquidez, rendimento e previsibilidade no fluxo de caixa da Companhia.

Risco	Natureza	Possibilidades de gestão de risco
Risco de mercado – câmbio de moeda estrangeira	Instrumentos financeiros não denominados em real Empréstimos e financiamentos indexados a diversas taxas de juros, incluindo, mas não limitado a, CDI, IPCA e TJLP	Derivativos, hedge natural e hedge de fluxo de caixa relativos à receita de exportação futura da Companhia
Risco de mercado – taxa de juros		Swap e financiamentos pré-fixados

Risco	Natureza	Possibilidades de gestão de risco
Risco de liquidez	Obrigações contratuais ou assumidas Contas a receber, garantias, adiantamentos a fornecedores e outros investimentos financeiros	Reservas de caixa adequadas e empréstimos/financiamento. Diversificação da carteira e políticas de monitoramento dos indicadores de liquidez dos stakeholders
Risco de crédito	Instrumentos financeiros. A Companhia classifica os instrumentos financeiros com base em seu modelo de negócio de gestão de ativos e nas características do fluxo de caixa contratual desses ativos. O teste do modelo de negócios determina a classificação com base no objetivo do ativo do negócio e se os fluxos de caixa contratuais representam somente os pagamentos do principal e de juros. Os instrumentos financeiros são mensurados ao valor justo por meio do resultado ("VJR") a menos que certas condições que permitam uma mensuração ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") ou pelo custo amortizado sejam atendidas. Ganhos e perdas com instrumentos de dívida são reconhecidos como receita em outros resultados abrangentes quando forem baixados. Investimentos em instrumentos patrimoniais são mensurados pelo VJR a menos que sejam elegíveis para mensuração pelo VJORA, cujos ganhos e perdas não são reciclados para receita. Todas as obrigações financeiras são inicialmente mensuradas pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e mensurados pelo custo amortizado e atualizados usando o método da taxa efetiva de juros. Os instrumentos derivativos permanecem classificados na categoria VJR. A Companhia não possui histórico de transferência entre os instrumentos financeiros mensurados pelo VJR, VJORA ou custo amortizado. A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2025 e 2024. Valor justo de instrumentos financeiros. Os instrumentos financeiros da Companhia são gerenciados através de estratégias operacionais a fim de obter liquidez, rentabilidade e segurança. A política da Companhia consiste no monitoramento contínuo das taxas acordadas e das taxas disponíveis no mercado e se os investimentos financeiros de curto prazo estão sendo adequadamente marcados a mercado pelas instituições que lidam com os recursos. A determinação dos valores realizáveis estimados dos ativos e passivos financeiros da Companhia de informações disponíveis no mercado e de metodologias de avaliação importantes. Contudo, é necessário um julgamento considerável ao interpretar os dados do mercado a fim de obter o valor realizável estimado mais adequado. De acordo com as estimativas da administração, os valores justos de caixa e equivalentes de caixa, investimentos, contas a receber e outras contas a receber e a pagar estão consistentes com os saldos contábeis. Hierarquia de instrumentos financeiros. A técnica de avaliação do fluxo de caixa descontado é utilizada para mensurar os valores justos de ativos e passivos financeiros, cuja premissa é o valor presente dos fluxos de caixa estimado por cotações de mercado futuras. Para ativos e passivos financeiros, quando os saldos contábeis se aproximarem razoavelmente do valor justo, os valores justos não são determinados, de acordo com o CPC 40 (IFRS 7) - Instrumentos Financeiros: Divulgações. Os ativos e passivos financeiros da Companhia são classificados no "Nível 2" da hierarquia de valor justo. Quando comparado com o valor contábil não houve transferência entre os níveis de valor justo em 31 de dezembro de 2025 e 2024. Para o nível 2, as informações são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente, exceto para os preços cotados (não ajustados) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos que a Companhia possa ter acesso na data de mensuração. Hedge de fluxo de caixa. A Companhia procura aplicar a contabilização de operações de <i>hedge</i> (<i>hedge accounting</i>), a fim de gerir a volatilidade no resultado. Se um <i>swap</i> é designado e qualificado como <i>hedge</i> de fluxo de caixa, ele é contabilizado como ativo ou passivo, na consolidação do balanço, a valor justo. A parcela efetiva de mudanças no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada como ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Qualquer parcela ineficaz de mudança no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado. Se o instrumento de <i>hedge</i> deixa de cumprir os critérios de contabilização de operações de <i>hedge</i> , expira ou é vendido, terminado ou exercido, ou a designação é revogada, o modelo de contabilização de operações de <i>hedge</i> (<i>hedge accounting</i>) é descontinuado prospectivamente, então o saldo do patrimônio líquido é reclassificado para o resultado. Na designação inicial do derivativo como um instrumento de <i>hedge</i> , a Companhia documenta formalmente a relação entre o instrumento de <i>hedge</i> e do objeto de <i>hedge</i> , incluindo os objetivos de gestão de risco e estratégia na execução da operação de <i>hedge</i> e o risco coberto, juntamente com os métodos que serão utilizados para avaliar a eficácia da relação de <i>hedge</i> . A Companhia faz uma avaliação, tanto no início do contrato, como sobre uma base contínua, analisando se os instrumentos de <i>hedge</i> serão altamente eficazes na compensação das mudanças no valor justo ou fluxos de caixa dos respectivos objetos de <i>hedge</i> atribuíveis ao risco coberto, e se os resultados reais de cada cobertura estão dentro do intervalo de 80 - 125 por cento. Segundo esta metodologia, o <i>swap</i> foi considerado altamente eficaz para o período findo em 31 de dezembro de 2025. Não houve inefetividade do <i>hedge</i> reconhecido no resultado do período findo em 31 de dezembro de 2025. 15.2. Estimativas e julgamentos contábeis críticos. O valor justo de instrumentos financeiros não negociados em um mercado ativo é determinado usando técnicas de avaliação. A Companhia utiliza seu julgamento para escolher entre os diversos métodos. As premissas não baseadas em condições de mercado prevalentes na data de reporte. A análise do impacto no caso em que os resultados reais diferem da estimativa da administração é apresentada em moeda estrangeira e as análises de sensibilidade de risco da taxa de juros está demonstrada nessa nota explicativa. 16. Transações com partes relacionadas. 16.1. Política contábil. As partes relacionadas da Companhia são a acionista, controladas ou coligadas e suas empresas relacionadas. As transações com partes relacionadas foram conduzidas pela Companhia sob as mesmas condições de mercado, observando o preço e as condições normais de mercado. Contudo, essas transações estão sujeitas a condições que não são menos favoráveis à Companhia em comparação com aquelas negociadas com outras partes.	

DIRETORIA	CONTADORA
Paulo Roberto Telesca Bertinetti	Kelly Cristiny Calazans de Oliveira - RJ-125861/O-4

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA SANTA
 PROCESSO 039/2026 - EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 09/2026
 REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2026

Objeto: Registro de preços para eventual aquisição de pneus. A Sessão Pública de processamento do Pregão será realizada no endereço eletrônico www.bll.org.br, no dia e horários abaixo especificados: Recebimento das propostas: das 8:30 horas do dia 24/04/2026 até as 8h30min do dia 07/05/2026. Abertura das propostas: às 8h31min do dia 07/05/2026. Início da sessão de disputa por lances: às 9h31min do dia 07/05/2026. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF). Maiores informações através do telefone (54) 3348-1080, de segunda a sexta-feira, com expediente ao público das 8h30min às 11h30min e 13h30min às 17h30min. Edital disponível no site www.aguasanta.rs.gov.br, em licitações – pregão eletrônico 09/2026. Água Santa, 23 de Abril de 2026. JULIANO FAVRETTO Prefeito Municipal

Sindicato Intermunicipal dos Empregados em Empresas de Asseio e Conservação e de Serviços Terceirizados em Asseio e Conservação no Estado do Rio Grande do Sul - SEEAC/RS

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA EDITAL DE CONVOCAÇÃO

No uso de minhas atribuições legais e estatutárias, convoco os membros da categoria sócios deste sindicato e em dia com suas obrigações para a Assembleia Geral Ordinária que terá lugar no próximo dia 28 de abril de 2026, terça-feira, na Rua Siqueira Campos nº 1172, Centro, Porto Alegre/RS, em 1ª convocação às 17:30h (dezoito horas e trinta minutos) e 2ª e última convocação às 18:00h (dezoito horas), quando a Assembleia será instalada e decidirá, por maioria dos presentes, a respeito da **ORDEM DO DIA**: 1) Majoração da mensalidade social, devido a reestruturação da entidade (SEEAC Saúde) 2) Deliberação sobre a fixação de valores de coparticipação para dependentes dos associados.

Porto Alegre, 24 de abril de 2026.
 FRANCISCO ROSSO ANDRE
 Presidente

HOSPITAL BENEFICENTE DR. CÉSAR SANTOS
AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL PE 003/2026 – OBJETO: Contratação de empresa do ramo de análises clínicas para atender a demanda do Hospital. **ABERTURA:** 15/05/2026 HORA: 09:00 horas. Demais informações pelo telefone (54)3316.4509, nos sites www.pmpf.rs.gov.br e www.hbcs.rs.gov.br, e pelo e-mail licitacoes01.hbcs@pmpf.rs.gov.br. Passo Fundo, 24 de abril de 2026. Luis Schneiders – Diretor Geral.

Prefeitura Municipal de David Canabarro
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2026
OBJETO: PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM CBUQ E SINALIZAÇÃO NA COMUNIDADE DE SÃO PELEGRINO - MENOR PREÇO GLOBAL Abertura: 01/06/2026. Horário: 08H30MIN. Local: <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>. O edital encontra-se disponível nos sites <http://www.davidcanabarro.rs.gov.br>, e <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>. Mais informações pelo fone: (54) 2111-0110.

Lauro Antônio Benedetti, Prefeito Municipal.

Ge



Anuncie